

EVANILDO BECHARA

**AS FASES HISTÓRICAS DA
LÍNGUA PORTUGUESA**

Tentativa de proposta
de nova periodização

Tese de concurso para Professor
Titular de Língua Portuguesa da
Universidade Federal Fluminen-
se

NITÉROI
1985

EVANILDO BECHARA

As fases históricas da língua portuguesa
(Tentativa de proposta de nova periodização)

Tese de concurso para Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense

Niterói
1985

A

MARLIT

Presença querida de todas
as horas.

Por coincidência, agradabilíssima para mim, ponho o ponto final neste trabalho no dia 21 de outubro, dia do aniversário de nascimento de Said Ali. Eu, que muito aprendi com ele no convívio constante de tantos anos, e que continuo aprendendo na leitura permanente da sua obra, mentalmente dirijo-me a ele nesta hora para expressar-lhe o perene testemunho da minha gratidão e da minha saudade.

SUMÁRIO¹

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | |
| Capítulo I: <i>As várias propostas de periodização</i> | 11 |
| 2. As primeiras tentativas | 11 |
| 3. Antônio das Neves Pereira | 12 |
| 4. Francisco Adolfo Coelho..... | 18 |
| 5. Manuel Pacheco da Silva Júnior..... | 25 |
| 6. José Leite de Vasconcelos | 29 |
| 7. Carolina Michaëlis de Vasconcelos..... | 32 |
| 8. Augusto Epifânio da Silva Dias | 36 |
| 9. Manuel Said Ali Ida..... | 41 |
| 10. Paul Teyssier | 45 |
| Resumo | 47 |
| Capítulo II: <i>Na tentativa de uma nova proposta</i> | 49 |
| 1ª fase: <i>arcaica</i> | 50 |
| 2ª fase: <i>arcaica média</i> | 54 |
| 3ª fase: <i>moderna</i> | 62 |
| 4ª fase: <i>contemporânea</i> | 65 |

¹ A numeração das páginas, neste sumário, é a original, que não corresponde à que vai editada aqui, por questões de formatação. Do mesmo modo, o sublinhado do original foi substituído por *itálico*.

| | |
|---------------------------------|----|
| Conclusões..... | 69 |
| Notas à Introdução | 72 |
| Notas aos Capítulos 1 e 2 | 74 |
| Bibliografia | 84 |

INTRODUÇÃO

Pretende o presente trabalho contribuir para uma proposta de nova contribuição cronológica das fases históricas da língua portuguesa, um tanto diferente da lição geralmente adotada pelos mestres nacionais e estrangeiros, em obras que tratam da diacronia da nossa língua.

Aqui e ali, o assunto tem merecido a atenção de estudiosos, e algumas das sugestões apresentadas ou não se mostraram suficientemente convincentes, ou não foram levadas em consideração tal, que provocassem qualquer alteração na proposta de há muito corrente na literatura especializada.

Ainda, recentemente, na versão brasileira de sua *História de Língua Portuguesa*, o ilustre mestre francês Paul Teyssier, ao tratar do problema da periodicidade, assim se expressa:

É possível determinar, na história da língua portuguesa do século XIV até aos dias atuais, períodos que permitam esclarecer-lhes satisfatoriamente a evolução? Não é fácil a resposta. Alguns estudiosos distinguem na evolução do português dois grandes períodos: o “arcaico”, que vai até Camões (século XVI), e o “moderno”, que começa com ele. Outros baseiam a sua periodização nas divisões tradicionais da história – Idade Média, Renascimento, Tempos Modernos -, ou nas “escolas literárias, ou simplesmente nos séculos... Trata-se, em verdade, de um problema muito complexo, que não será abordado aqui. Contentar-nos-emos em isolar, na evolução histórica, vários eixos que permitam ordenar, esclarecer e melhor compreender os fenômenos lingüísticos (p. 35-36).

Os dois períodos a que se refere Teyssier representam a proposta corrente nos tradistas; mas a verdade é que quem lida com textos antigos, lendo-os cronologicamente, percebe com facilidade o quanto elástico se mostra esse período arcaico, em cujo espaço se compreendem fenômenos lingüísticos tão distintos. Na tentativa de aprofundar esta questão e procurar estabelecer certa ordenação no conjunto dos fenômenos arrolados, trago à consideração da crítica judiciosa e especializada proposta de nova periodização nas fases históricas da língua portuguesa. Acredito que nessa proposta possam existir

ainda, como conseqüência, informações que nos dêem, de forma bastante precisa, uma idéia do estado da língua em diversos dos seus momentos históricos.

Antes de qualquer consideração, impões-se decidir se a periodização vai abarcar a língua portuguesa em todas as suas fases, ou se teremos de distinguir um momento – de predomínio de uma língua a que muitos mestres chamam de galego-portuguesa – e um outro em que o português se distingue mais nitidamente do galego.

Teyssier adota a segunda dessas duas direções; considera uma fase galego-portuguesa que se estende, aproximadamente de 1200 a 1350, e outra a que se denominou português europeu, e só para esta aplica a divisão tradicional em período arcaico e moderno.

Prefiro submeter ao critério de periodização todo o momento histórico em que, falando, ou escrevendo através de textos literários ou não, se utilizou a língua portuguesa, quer na fase dessa realidade complexa – mas organicamente unitária do ponto de vista lingüístico e representativa de uma unidade espiritual e cultural –² que tem por base os falares da Galiza e do Norte de Portugal, quer no período em que, desgarrado politicamente do galego, a nossa língua prosseguiu sua trajetória até os nossos dias.

Esta tem sido uma lição seguida pelos melhores estudiosos da filologia portuguesa e não há nem evidências lingüísticas nem razões de ordem técnica que nos imponham ou aconselhem mudar a prática tradicional. Está claro que eleito, entre o século XIII e meados do XIV, o galego-português como a língua exclusiva da poesia lírica e aí praticado não só por portugueses e galegos, mas ainda por castelhanos e leoneses, é componente fundamental do português contemplado como língua histórica, e assim, portanto, o considero nesta tentativa de periodização.

² São muitas significativas as informações de dois ilustres gramáticos, citados por José Pedro Machado: “[as línguas] de Galiza e Portugal ... ambas eram antigamente quasi hũa mesma, nas palavras, & nos diptongos & pronúnciação” (Leão, *Origem*, cap. VI); “...galizia, donde la antigua (lengua) parece la misma que la Portuguesa, y la vezindade, y averse desde alli començado la conquista, fue la causa de dilatarse la lengua” (*Origen*), I, cap. 3º, fl. 39). Tem o peso da autoridade de D. Ca Michaëlis de Vasconcelos a seguinte lição “... dou esta designação [galego-portuguesa] a todos os textos escritos na linguagem comum falada e escrita nos séculos XIII e XIV na faixa ocidental da península, aquém e além Minho, - com divergências muito pequenas, *tão pequenas que não convém estabelecer divisões*” (*Lições*, p. 333. O sublinhado é meu). Se quisermos lembrar a velha e substancial *Grammatik der portugiesischen Sprache* de Reinhardstoettner (1878), que, quase sempre nas pegadas de Diez, reitera a identidade entre português e galego, “a parte certo colorido dialetal e raros desvios de formas” (p. 9).

Estabelecendo este elo histórico, a presente proposta procura basear-se na existência de determinados fenômenos lingüísticos e sua extensão no tempo, de modo que sirvam de balizadores das fases aqui esboçadas.

É evidente que a tarefa é complexa por vários motivos; primeiro, porque sabemos que uma língua toda não se altera como um só sistema, o que, se verdade fora, permitiria mais fácil delimitação dos períodos históricos. Depois, há de se levar em conta a questão das variedades a que Coseriu chamou diafásicas dentro da língua literária; assim, o prestígio do galego-português como língua da poesia lírica – dominante e exclusivo no período que se estende, aproximadamente de 1200 a 1350, sobrevive e se espalha, como ainda na temática, pela produção poética do período pós-trovadoresco refletida no *Cancioneiro galego-castelhano*, recolhido e editado por Henry Lang e que encerra composições líricas pertencentes ao período que vai de 1350 a 1450, quando as composições em prosa da mesma época já revelam notáveis progressos estilísticos e evidentes diferenças no capô da gramática e do léxico.³

Durante algum tempo se discutiu se essa língua galego-portuguesa veículo da poesia lírica trovadoresca não seria um produto literário artificial, um jargão de escritores a serviço do texto poético. Hoje está assente que tal modalidade lingüística era uma realidade, um idioma efetivamente representativo dos falares vivos na Galiza e no Norte de Portugal e espelho de uma identidade cultural e espiritual.

Dessa maneira, este galego-português é um corpus aproveitável ao analista como documento de uma fase histórica do português. Entretanto, este valor documental do ponto de vista lingüístico já assumirá proporção diferente quando o galego-português passa a ser utilizado como simples veículo literário da poesia lírica produzida no período pós-trovadoresco, entre 1350 e 1450, divorciado da realidade lingüística praticada na época, conforme, à saciedade, nos revelavam os textos em prosa desse mesmo período.⁴

³ Veja-se esta passagem do Marquês de Santilhana lembrada pelo incansável estudioso português José Pedro Machado, na sua edição da *Origem da língua portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão: “esta arte que mayor se llama, è el arte comun, creo, en los Reynos dee Galicia è Portugal; donde non es dubdar que el exercicio destas sciencias mas que en ningunas otras regiones ni provincias de la España se acostumbro; en tanto grado que non ha mucho tiempo qualesquier decidores è trovadores destas partes, agora fuesen Castellanos, Andaluces, ò de la Estremadura todas sus obras componian en lengua Gallega ò Portuguesa” (*Carta ao Condestável D. Pedro*, § 14, p. 77) (p. 197 n. 1).

⁴ Vale a pena lembrar que dos poemas galeguizantes compostos entre 1360 e 1425 não participaram os poemas portugueses, sendo a maioria de Castela ou Andaluzia. Quase todas as produções procedem do Cancioneiro de

E, conseqüentemente, os fatos lingüísticos aí tardiamente veiculados não devem, creio eu, ser levados em conta na periodização aqui proposta, sob pena de perturbar a efetiva realidade com apenas uma miragem. No período trovadoresco, o galego-português era uma *língua literária* (ou *da literatura*); no período pós-trovadoresco, apenas uma *língua de literatura*, expressões com que distingo os dois valores lingüísticos do galego-português, na falta de melhor denominação.

Está claro que este fato não se confunde com a conhecida tendência dos autores medievais de utilizar, nos seus textos, variedades de registro lingüístico, ora empregado vulgares diferentes conforme os diversos gêneros literários, ora alternando dois ou mais vulgares numa mesma obra, com motivações expressivas ou com variados intuítos estilísticos.⁵

Incluem-se nestes casos de variedade diafásica as diferentes normas lingüísticas encontradas numa mesma obra literária, diferenças que se explicam pela oposição entre a língua do autor e a do texto mais antigo que – para citar uma das possibilidades de ocorrência – esse autor transcreve. É o caso do emprego da desinência *-des* da 2ª pessoa do plural no *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, obra redigida re 1428 e 1438. Ao contrário do que já se pensou, podemos hoje afirmar que não são da autoria do culto rei – apesar do conhecimento de latim que, com certeza, tinha – as versões em prosa cita – das no decorrer de alguns momentos do seu livro, mas, sim, provém de traduções preexistentes de que D. Duarte lança mão. Ora, isto nos enseja comparar dois momentos de língua e daí extrair informações sobre o estado dela numa fase. Nesta linha, mestre Leite de Vasconcelos, em estudo publicado inicialmente nos *Mélanges Chabaneau* e, ao depois, inserido no vol. I dos *Opúsculos* (p. 307-311), mostrou que D. Duarte usa, na sua língua corrente, as formas sincopadas de 2ª pessoa do plural (*dizee, fazees*, etc.), enquanto, nos trechos transcritos, ocorre a desinência na forma plena (*dizede, fazedes*, etc.). O mesmo mestre observou ainda que, por não ter atentado para tal circunstância, outro mestre da envergadura de Adolfo Coelho, na *Teoria da Conjugação em Latim e Português*, “deu precisamente os citados arcaísmos do *Leal Conselheiro* como prova de que na obra de

Baena. Para o problema da mistura do Galego e do Castelhana nessas produções, bem como os tropeços de Lang e de outros editores na reconstituição crítica e publicação dos poemas é de importância capital o estudo de Rafael Lapesa em *Romance Philology*, intitulado *La lengua de la poesia lirica desde Macias hasta Villasandino*.

⁵ Para a questão do bilingüismo e do plurilingüismo românico, veja-se a indispensável obra do mestre Giuseppe Tavani, *11 mistilinguismo letterario romanzo tra XII e XVI secolo*, p. 74 e seguintes.

D. Duarte havia ainda coexistência de formas sincopadas e não sincopadas, - quando estas, como fiz ver, são mais antigas” (p. 311).

Exemplo curioso é o que nos dá João de Barros. Nas *Décadas*, talvez levado pelo estilo solene do gênero histórico, o escritor prefere usar como invariáveis os adjetivos pátrios em *-es*: *nação português*. Mas na *Gramática*, por exemplo, só usa a forma flexionada: *língua portuguesa*.

Ainda uma vez se explica por variedade diafásica o conhecido verso de Cruz e Silva, no *Hissope*: “A nossa *português* casta linguagem”, passagem de que se têm servido os autores de gramática histórica para argumentar que a invariabilidade do adjetivo em *-ês* se estendeu até o século XVIII. Em estudo a ser publicado, procurei mostrar que a inflexão – que não ocorre em todo o *Hissope* outra vez -, se deve a pretender o autor satisfazer o purismo saudosista de seu personagem, fazendo reviver um fato de língua já de todo abandonado, neste particular, no português moderno.

Como se os escolhos acima citados não bastassem para tornar mais complexa a delicada tarefa do analista, surgem outros quase intransponíveis, que praticamente deixam sujeita a permanente revisão toda e qualquer afirmação que se faça sobre a língua portuguesa extratada da lição de textos mais recuados no tempo: o estado em que se acha a publicação de obras literárias do passado no que tange à fidelidade textual e o estudo filológico, gramatical e lexicológico da língua em que tais obras estão escritas.

A primeira dificuldade – que vem sendo vencida muito lentamente, graças aos esforços individuais de alguns mestres nacionais e estrangeiros – está ainda longe de, pelo volume de textos editados, poder tranqüilizar o pesquisador. A segunda, essa teve cortada uma rica tradição que entre nós se vinha sedimentando com os trabalhos – entre outros e só para ficar nos nossos – de um Said Ali, um Pe. Augusto Magne, um Serafim da Silva Neto, um Ismael de Lima Coutinho, um Sousa da Silveira, em benefício das modernas especulações e descrições da Lingüística.

Por isso, no presente trabalho, os fatos lingüísticos escolhidos como fatores de batizamento das fases históricas do português são os considerados fundamentais; à medida que cada uma dessas fases for sendo mais profundamente estudada, está claro que o número desses fatos aumentará com certeza, podendo chegar o pesquisador a determinar com mais precisão até uma porção do léxico específico de cada momento histórico.

Está claro, também, que um ou outro fato apontado como fenômeno batizador pode, mui esporadicamente, ser lembrado noutra fase; é que aqui me guiei e decidi pela frequência relativa do emprego desses mesmos fenômenos lingüísticos.

Assentado, portanto, o propósito do presente trabalho e repassados alguns dos problemas preliminares que condicionam as asperezas e cautelas do percurso para a consecução da tarefa, passarei a enumerar as mais importantes propostas de periodização das fases da língua portuguesa.

CAPÍTULO I

AS VÁRIAS PROPOSTAS DE PERIODIZAÇÃO

1. *As primeiras tentativas*

Que a língua portuguesa não estava parada no tempo e no espaço, e que havia variações idiomáticas entre os homens – consoante seu grau de instrução, sua idade, seu ambiente profissional, não faltando ainda observações quanto a diferenças de sexo e até a possíveis influências de condições climáticas na formação dos idiomas – era o fato consabido entre os gramáticos e filólogos do passado.⁶

⁶ Pagliaro e Coseriu, com outros teóricos da linguagem, nos puseram a par de conceito restrito em que se deve tomar a conhecida lição de Meillet, freqüentemente repetida, de que na língua “tout se tient”. Segundo Coseriu, a fórmula é falsa, se aplicada às línguas históricas, e discutível, quando referida à conexão interna das línguas funcionais. Cf. deste mestre, *Princípios de semântica estrutural*, 110-111. Trata-se também do assunto, com a profundidade de todos os seus artigos, o lingüista norueguês L. Flydal, nos *Estudios ofrecidos em honra a Llorach*, “Latences et liaisons em français”.

Ainda acerca das teorias da influência do meio físico sobre as línguas, merecem ser lembradas estas considerações do competentíssimo Eugenio Coseriu:

“Em relações muito diferentes – precisamente numa ação direta do meio físico sobre o falar – pensaram certos estudiosos como H. Meyer-Benfert e H. Collitz, que tentaram explicar pelo ambiente de vida dos habitantes (planície ou montanha) e pela influência do clima sobre a fisiologia da articulação fenômenos lingüísticos como a primeira mutação consonântica ocorrida nas línguas germânicas e a segunda mutação do mesmo tipo, que caracteriza os dialetos alto-alemães. Tais tentativas foram muito eficazmente criticadas, particularmente por E. Sapir e O. Jespersen, e o próprio problema geral das relações entre ambiente físico e linguagem – que, mais que da “geografia”, seria o de uma “ecologia” lingüística – costuma ser hoje considerado como inexistente ou como um falso problema. Isso não significa, porém, que tenha sido realmente superado ou resolvido em sentido negativo, e, com efeito, foi novamente proposto em época recente. Na realidade, trata-se de um problema que não pode ser resolvido ou negado no campo próprio da lingüística, nem com meios exclusivamente lingüísticos, e por isso os exemplos particulares, como os de Collitz – ou outros exemplos análogos ou contrários -, não podem servir em nenhum sentido. A linguagem apresenta efetivamente uma face físico-fisiológica, pertence também ao ser biológico do homem. Portanto, as eventuais influências do meio físico não podem ser excluídas a priori. A lingüística, porém, estuda a linguagem em certas condições dadas, e não o condicionamento dessas condições. Assim, pode estudar a influência das grandes cidades sobre a história das línguas, mas não é sua tarefa investigar como se formam as grandes cidades. De igual maneira, a lingüística pode estudar o condicionamento fisiológico das linguagens, mas não pode investigar a influência do clima ou de outros fatores sobre o fisiológico: o problema dum “ecologia da articulação” é, do ponto de vista lingüístico, um problema prévio, que a biologia deve propor e resolver”.

O primeiro gramático de nossa língua já se mostrava atento a tais variedades, e aqueles que a ele se seguiram tinham também presentes essas diferenças, embora delas não tirassem partido, como hoje se faz, para a construção de um corpo orgânico de doutrinas.

Fernão de Oliveira, por exemplo, contrasta o uso da forma *te* em Garcia de Resende, João de Barros e mestre Baltasar, com o seu uso de *até* (*Gramática*, XXXV), lembra que *capapele*, no tempo do rei Afonso Henriques, era “nome de ãa certa vestidura”, uo que *nemichalda*, do tempo dos pais, vale o mesmo que *nemigalha*, que emprega, mas o termo antigo, ele o ouviu de uma velha de cento e dezesseis anos (XXXVI).

Duarte Nunes de Leão declara na sua *Orthographia*:

Veemos na lingoa Portuguesa, per quam differente maneira se screve agora do que se screvia & pronunciava, no tempo antigo ate o elRei dom João o primeiro, que parece outra differente lingoagem (p. 191).

O mesmo historiador e filólogo assim se expressa na *Crônica Del Rei D. João I*:

Do tempo da Rainha D. Filippa e de seus filhos para cá houve em Portugal na policia e tratamento das pessoas Reaes muita mudança, e bons estilos, e muita mudança, e bons estilos, e muita diferença na lingoagem e nos conceitos (Cap. 86 apud J. Pedro Machado, Duarte Nunes de Leão, *Origem*, p. 199).⁷

Informações destes tipos poderiam ser acumuladas para todas as exigências e gostos, mas, como podemos apreciar, a preocupação terminava no apontar o fato, sem maiores conseqüências.

Se os gramáticos de profissão estavam atentos a essas mudanças, bem mais observadores dos usos lingüísticos e suas variedades se mostravam os escritores que, com mais inteligência, tiravam partido de suas investigações. Já citei o caso de D. Duarte no tocante ao emprego de desinência de 2ª pessoa do plural *-des*, mas o exemplo acabado

⁷ O velho gramático e historiador toca num ponto importante para a explicação de ter usado o português como língua dos diplomas cartoriais, abrindo acesso a ser também o veículo de outros textos. Durante algum tempo se imaginou que a substituição do vernáculo à gíria alatinada dos tabeliães e ao latim dos eclesiásticos se deveu a uma imitação do que, para os documentos públicos, fez Afonso X do espanhol. João Pedro Ribeiro combateu, com razão, essa idéia e pensou em atribuir o fato da substituição do latim pelo vernáculo à ignorância cada vez maior da língua de Cícero. Explicação, sem dúvida, melhor, mas, como diz Adolfo Coelho, insuficientemente, que ensina: “A importância que o português adquiriu repentinamente, e que o fez adotar quase em todos os documentos públicos, resultou da introdução da cultura poética na corte portuguesa. Aos tabeliães e aos eclesiásticos que sabiam escrever, e cujo número era pequenissimo, não podia mais repugnar o uso duma língua que o rei empregava nas suas canções” (*A língua portuguesa*, 27). Mais uma vez, em sua obra gramatical e histórica, o velho Duarte Nunes de Leão atribuiu o aperfeiçoamento da língua vernacula ao trabalho cultural da casa real: “O que se causou por em Portugal haver reis e corte que é a oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e donde manam përa os outros homens ...” (*Origem*, 244).

de tais utilizações é Gil Vicente que criam, com base ou com apoio nessa diversidade lingüística, todo o universo humano que enche a sua obra teatral. Mas isto já é uma outra longa história que não está nos propósitos deste trabalho.

2. *Antônio das Neves Pereira*

Se está correto o resultado da pesquisa a que procedi, a primeira sugestão organicamente completa de uma periodização das fases históricas da língua portuguesa se deveu a Antônio das Neves Pereira, a respeito de quem dois grandes mestres da Filologia Portuguesa assim se pronunciaram:⁸

Neves Pereira era talvez o filólogo mais inteligente deste período [de 1779 a 1868], como o provam os seus escritos publicados nas *Memor. de Litt. da Academia*, vols. IV e V (J. Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, IV, p. 883, de uma publicação datada de 1880).

De todos aqueles académicos [da Academia Real das Ciências de Lisboa] o que manifesta mais atilado espírito filológico é Antônio das Neves Pereira (F. Adolfo Coelho, *A língua portuguesa* [1881], p. 169).

Neves Pereira divide em três “as épocas da língua portuguesa e dos seus autores”:

1ª época: da fundação do Reino até o tempo d’El-Rei D. Afonso V (1432-1481), isto é, do séc. XII à 2ª metade do séc. XV.

Neste período, como características lingüísticas, Neves Pereira aponta:

- a) “ a variedade de ortografia das palavras, e nesta a pronúncia, que indicam que nada ou pouco mais de nada havia de regras fixas” (p. 181-182);
- b) “várias dicções que hoje se julgam formadas por síncope ou contração, e verdadeiramente eram mal derivadas do latim, ded modo que a respeito dos originais mais parecem vocábulos truncados, ou meias palavras, do que termos regulares: tais *affam* por *aflição*” (p. 182)
- c) “ na conjugação dos verbos alguma irregularidade, conservando nalguns a propriedade do dialeto galiziano, como *iva*, *ensinedes* etc.” (*Ibid.*);

⁸ Mereceria um estudo à parte a produção científica de Antônio das Neves Pereira e de alguns outros estudiosos do século XVIII, como Francisco Dias Gomes e Antônio Pereira de Figueiredo. Antônio Caetano do Amaral e João Pedro Ribeiro têm sido temas de importantes trabalhos críticos em Portugal. Como em geral falta referência à figura de Neves Pereira em boas enciclopédias portuguesas modernas – por exemplo, a *Verbo* -, creio interessante acrescentar que Neves Pereira nasceu no Porto onde morreu em 1818. pertenceu à Congregação do Oratório e notabilizou-se como orador e professor. Escreveu algumas obras de bom mérito sobre filologia e gramática portuguesa, das quais duas foram publicadas ns *Memórias* da Academia Real das Ciências.

- d) “ a construção das frases pouco uniforme, e muitas vezes o nexos e disposição delas confusa” (*Ibid.*).

Não contente com as explicações acima, Neves Pereira ainda acrescenta judiciosamente:

Além disso observaremos que suposto no decurso desta época fez a língua portuguesa várias mudanças, que a distinguem, contudo muitas coisas passaram às outras épocas, como são: 1º a terminação de nomes e verbos em *om*, como *perdom*, *forom*, *lerom* etc., de que usou ainda na sua idade Pedro de Andrade Caminha. 2º Vários termos gerados nesta primeira época, como *alfaqueque*, redentor de cativos; *barragã*, concubina; e outros que se acham no Código Manuélino; *coita*, pena paixão, donde veio a palavra coitado, que ainda hoje dura; *aguça*, pressa, *ardileza*, astúcia, mas *ardil* da mesma origem ainda hoje vale; *azinha* logo, cedo; *Fúza*, confiança; *favoreza* favor, e outros semelhantes.

E não só estes termos, mas ainda muito do primeiro dialeto se conserva em Fernão Lopes e Azurara, como se vê nas vidas de D. Duarte, D. Afonso V, principalmente de forma neutra *esto*, *elo*, *aquelo*, *algo*, *al* e *ulo*, *ula*, por qual, *unho* e *unha* por um, uma etc., e também *i* por *aí*, *hu* por onde etc. (*Ibid.*)

2ª época: do tempo d’El-Rei D. João II (1455-1495) ATÉ d. Sebastião (1554-1578), “posto que em quantos escreveram por este tempo até João de Barros, quase não se conhece notável diferença antiga linguagem” (p. 182-183).

Para Neves Pereira, João de Barros “deu um como novo tom à língua portuguesa, não tanto nas palavras por si só, porque ainda nele se acham muitas da idade antecedente, mas pelo teor e organização da sua frase; de forma que ele foi o que criou e nutriu a fertilidade e riqueza dos autores da seguinte época, e ainda hoje é consultado por homens que têm bom gosto são, como um dos melhores oráculos da nossa língua. Além do seu engenho superior, não se pode duvidar que concorreu muito a grande erudição da língua latina e grega que os seus antecessores não tinham, ou de que se não aproveitaram como ele, para adiantar os progressos da nossa. Também é crível que a diferente comunicação que teve na Costa de Guiné, onde foi Governador, seria causa para que viesse a deixar grande parte dos vocábulos informes e menos apurados que se acham nos outros escritores antes dele; como também, que a grande estimação que fizeram de seus escritos os autores que se lhe seguiram, devia de ser causa que perseverasse ainda até Vieira o uso de alguns vocábulos que ele empregou nas suas Décadas. Há contudo ainda nele bastante da antiga linguagem, conseqüência dos pequenos e vagarosos progressos que a língua teve na primeira época” (p. 183).

Centrada essa 2ª época na língua literária de João de Barros, são os seus usos lingüísticos o que passa a servir de caracterização gramatical dessa fase. Aqui Neves Pereira destaca os seguintes fatos:

- a) emprego da conjugação *ca* em lugar de *porque*, “que parece virira em direitura da francesa *car*, formada do latim *quare*, da qual usou Duarte Nunes, escrevendo 50 anos depois de Barros, e ainda o P. Lucena, que escreveu pelo mesmo tempo” (*Ibid.*);
- b) invariabilidade de gênero dos nomes designativos de nações acabados em *ês*, dizendo no feminino *gente português*, *mulher português* etc.;
- c) invariabilidade de gênero “nos nomes verbais acabados em *or*, como *cidade competidor*, *mulher inventor*, *nossa defensor* etc.” (*Ibid.*);
- d) “outras vezes, seguindo a terminação dos nomes, faz femininos os que nós hoje fazemos masculinos, seguindo o uso do latim: *ũa cometa*, *clima úmida*, *uma paradoxa*. *Cisma*, que entre nós significando “separação da obediência à Igreja”, é masculino, e significando “imaginação”, i.e., “pensamento inquieto”, é feminino, em Barros tem sempre este segundo gênero. O mesmo usa do nome *fim* ora masculino, ora feminino” (p. 183-184)

3ª época : do reinado de D. Sebastião até os tempos de Neves Pereira, que faz diferença mais de duzentos e vinte anos.

Para o nosso filólogo a “particular propriedade desta época é um idiotismo e forma de frase tal como o que hoje praticam os bons escritores” (p. 184).

E explica por que se refere ao idiotismo:

“ Falo do idiotismo, porque se atendermos às palavras por si só, podia-se desde o P. Vieira para cá constituir uma diferente época” (*Ibid.*).

Percebe-se, pela citação acima, que Neves Pereira, falando do idiotismo, opõe o termo à palavra considerada em si, de modo que o idiotismo deve ser tomado aqui em sentido restrito para referir-se aos locucionais, “cuja significação não decorre das dos vocábulos componentes e da sua articulação sintática; exs.: *dar as da Vila-Diogo*, *chorrar pitanga*” (Mattoso Câmara , *Dicionário*⁶, 223).

A seguir, Neves Pereira arrola os escritores que espelham esse período lingüístico:

“Os que se têm por autores clássicos nesta idade são: Fr. Luís de Sousa, Fr. Bernardo de Brito, o P. João de Lucena, Jacinto Freire de Andrade, Amador Arrais, o P. Vieira; este e Jacinto Freire são os que menos usaram dos antigos vocábulos. Dos poetas os mais célebres são: Francisco Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Pedro de Andrade Caminha, Camões. Houve nesta idade o que costuma ser a coisa de maior vantagem para a perfeição das línguas, isto é, a cultura da poesia, porque, segundo o autor da vida de Antônio Ferreira, o melhor daquela idade ou eram poetas ou os tinham em grande apreço.” (p. 184)

As citações foram deliberadamente extensas de modo que o leitor pudesse entrar na lição inteira do ilustre filólogo português, o primeiro em tentar uma periodização das fases históricas da língua portuguesa. De tudo o que aí ficou dito se percebe claramente que a periodização se baseia mais em elementos da língua. Cada período se caracteriza, fundamentalmente, pelo léxico, pelo torneio da frase, pelo uso efetivo que um escritor ou um grupo de escritores faz do idioma. Interessa mais ao estudioso acompanhar a evolução do estilo do que a evolução da língua.

É, por assim dizer, uma visão filológica mais do que lingüística, e isto por não trazer, mas refletir, os ideais e os propósitos da indagação dos especialistas em estudos de linguagem, por aquela quadra.

Entretanto, Portugal pouco a pouco ia-se avizinando aos progressos dos estudos lingüísticos realizados, principalmente, na Alemanha, Inglaterra e na França. Quando a lingüística histórica e comparada, no campo da Romanística, divulgou os trabalhos de Frederico Diez, logo depois essas idéias chegavam aos centros culturais portugueses com os trabalhos pioneiros de Francisco Adolfo Coelho.

Foi este mestre quem, dentro de uma preocupação agora mais lingüística, esboçou a segunda proposta de periodização das fases históricas do português, apelando ainda – como não podia deixar de ser – para o vocabulário, mas enfatizando e aprofundando a lista de características idiomáticas no nível da fonética e da fonologia e da morfossintaxe. Cessa de todo a ênfase à referência de particularidade de estilo e de construção ornamental da frase.

A visão mais filológica do que lingüística, que aponte na época em que Neves Pereira viveu e norteou seus estudos foi, parece-me, o responsável por uma confusão entre língua e retórica, confusão denunciada pelo próprio estudioso do séc. XVIII:

(...) não posso dissimular uma perversa opinião que tenho achado arraigada em muitos aliás doutos, e que até deles tem dimanado para a mocidade com bem prejuízo da Literatura Portuguesa, e nasce este erro de muitos confundirem o estilo da língua da eloqüência ou estilo dos assuntos (Op.cit., 160).

3 – Francisco Adolfo Coelho

Com o volume intitulado *A língua portuguesa: fonologia, etimologia, morfologia e sintaxe*, publicado pela Universidade de Coimbra, em 1868, procurou Adolfo Coelho introduzir em Portugal as investigações de Frederico Diez com vistas a um “estudo do organismo da nossa língua e da sua formação” (p. VI).

Apesar do seu caráter ainda incipiente, é fácil supor o fermentar de idéias que tal obra motivou no sentido de procurar dar cunho mais rigorosamente científico aos trabalhos de natureza lingüística que então se empreendiam no país irmão, país onde havia pessoas ilustres ainda embaladas pela teoria de que a nossa língua não representava a continuação ininterrupta do latim corrente falado, mas do céltico, como ocorrera com Antônio Ribeiro dos Santos, falecido em 1818.

Um reflexo da influência benfazeja do livrinho de Adolfo Coelho nos jovens estudiosos de então, pode-se ver no fato de que o primeiro livro de lingüística que leu Leite de Vasconcelos, nos idos de 1877, por indicação do eruditíssimo Epifânio Dias, foi exatamente essa obra inovadora.⁹

No capítulo que estuda o português língua escrita (p. 25-29), Adolfo Coelho acompanha perfunctoriamente a evolução do idioma ainda preso às diferenças de *estilo* (cf. p. 27) e ensaia uma divisão entre um período de sincretismo e outro, posterior da disciplina gramatical; no primeiro, um escritor diz, por exemplo, “*som* outro *sum*, aquele *sou*, o mesmo emprega até as três formas” (p.29).

Numa obra de mesmo título e saída em 1881, integrante de um pretendido *Curso de literatura nacional* para uso dos liceus¹⁰, Adolfo Coelho aperfeiçoa o livrinho de

⁹ Leite de Vasconcelos, *Epiphanio Dias*, 41.

¹⁰ Este Curso de literatura nacional estava programado para três volumes de que só os dois primeiros saíram: *A língua portuguesa. Noções de glotologia geral e especial portuguesa* (Porto, 1881); *Noções de literatura antiga e medieval, como introdução ao estudo da literatura portuguesa* (Porto, 1881); *Noções de literatura portuguesa. Do primeiro chegaram a sair três edições (3ª ed.; Porto, 1896), enquanto a segunda nunca passou da edição de 1881. O terceiro ficou apenas no planejamento. Talvez também intimamente relacionados a esse Curso estariam os Princípios Gerais de Literatura (retórica e poética), de cuja preparação fala o autor em nota de rodapé da p. 2 das Noções de literatura antiga e medieval. Aliás, vivendo Adolfo Coelho numa época de intensa ebulição cultural e social, é natural que muitos foram os seus projetos de realização no campo da Lingüística, da Educação, da Etnografia, da Literatura e do Folclore. Merecem de todos nós a melhor atenção e aplausos os estudos de Rogério Fernandes que escreveu importante trabalho intitulado *As idéias pedagógicas de F. Adolfo Coelho* (Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1973) e editou de Adolfo Coelho *Para a história da instrução popular*, pelo mesmo Instituto, 1973.*

1868 e, quanto ao tema destas considerações, apresenta-nos uma lição bem mais ampla do que fizera anteriormente. Por isso, considero a sua sugestão como a 2ª proposta de periodização das fases históricas da língua portuguesa.

A novidade desta proposta consiste em trazer à baila dois pontos de vista aparentemente distintos: os efeitos normativos da existência de uma literatura gramatical e lexicológica, e as mudanças lingüísticas propriamente ditas.

a) Primeira divisão

Tomando por base a existência duma literatura gramatical e lexicológica, que tem necessariamente como resultado fixar e determinar dum modo mais ou menos considerável as formas e tipos sintáticos da língua, dividimos a história da língua em dois períodos: o *período de sincretismo* e o período de *disciplina gramatical*.

Período de sincretismo. Este período é caracterizado essencialmente pelo emprego de duas ou mais formas duma mesma palavra, de dois ou mais processos sintáticos de igual função, concorrentemente, ou por escritores diversos da mesma época ou até pelo mesmo escritor (p. 155-156).

Passa a seguir Adolfo Coelho a enumerar alguns exemplos ilustrativos desse período, lembrando que, em geral, se trata de formas antigas ou populares que convivem com formas eruditas ou formas novas alteradas das populares; do primeiro caso, entre outros, alude a *piadade* ao lado de *piedade* “reformada por influência do latim *pietate*, enquanto do segundo, arrola *sodes*, *soes* (sois) num mesmo escritor do séc. XV (Fr. João Claro)” (*Ibid.*).

Entre os exemplos de sintaxe, nosso autor cita o caso de *lhe* empregado frequentemente como plural ao lado de *lhes*, o infinitivo flexionado usado alternativamente com o não flexionado em casos análogos e a ocorrência da preposição *sem* com o infinitivo (*sem saber*) e gerúndio (*sem sabendo*).¹¹

Por fim, A. Coelho lembra que, em todos os escritores desse período, são frequentes:

1) as frases ou períodos duma construção pouco lógica, conquanto clara em geral; 2) construções esporádicas em português, que depois desaparecem, mas que se tornaram típicas noutras línguas românicas.

Exemplos do primeiro caso: *Em que seja* (conquanto eu seja) lavradora/Bem vos hei de responder (Gil Vicente).

¹¹ Quanto a *lhe* e *lhes* indicativos de plural, A. Coelho lembra Camões, mas a verdade é que em *Os Lusíadas* o vate só usa de *lhe* para singular e plural. Veja-se a excelente edição comentada por Epifânio Dias.

Exemplos do segundo caso: a) emprego partitivo da preposição *de* com o artigo: ... arrumar a caravela / E deitar do junco nela (Gil Vicente); Semeae das favas (idem); b) emprego do artigo antes de *um* e *outro* (o *um* e o *outro*, frequentemente no século XIV) (p. 157).

Este período de sincretismo, segundo A. Coelho, se estende até o fim do século XVI.

Período da disciplina gramatical

Os trabalhos dos gramáticos e lexicólogos tendem principalmente a exercer uma influência uniformizadora, para a qual concorrem de modo considerável os escritores de nome que se preocupam da regularidade da forma. Essa uniformização oferece sempre grandes dificuldades, porque nenhuma regra há a que ela se possa submeter. Qual é, por exemplo, preferível das duas formas: *fructo* e *fruito*? Qual das duas construções *começar de dizer* e *começar a dizer*? Quais os casos em que se deve empregar o infinitivo pessoal, se nenhuma regra constante se vê observada pelos melhores clássicos? São as questões dessa natureza que os gramáticos têm que resolver, sem que nenhum critério verdadeiro, seguro, os guie na maior parte dos casos, tendo pois que dar soluções dogmáticas nesses casos.

O aparecimento da cultura gramatical não indica necessariamente o termo do período de sincretismo numa língua: para que esse período se possa considerar terminado é mister que pelo menos a indecisão das formas fique reduzida a um mínimo, porque uma fixação completa de formas não é possível. A língua portuguesa apresenta ainda hoje numerosas formas duplas com a mesma função, sobre cujo emprego pode hesitar (...); mas relativamente à sua fase medieval o português a partir do século XVI vai-se tornando uma língua tendendo de cada vez mais para a regularidade de formas que ele teria alcançado se uma Academia de língua tivesse influenciado sobre ele, como influenciaram a Academia da da Crusca sobre o italiano, a Academia francesa sobre o francês e a Academia espanhola sobre o espanhol.¹²

Com restrições, pois, podemos considerar o aparecimento da literatura gramatical portuguesa no século XVI, as gramáticas de João de Barros e Fernão d'Oliveira, como fechando o primeiro e abrindo o segundo período da língua, no ponto de vista da nossa primeira divisão (p. 157-158).

O primeiro em achar lacunosa a proposta de uma periodização com base nos efeitos da ação de uma disciplina gramatical – que, a bem verdade, Portugal nunca propiciou, ao contrário do esforço desenvolvido pelas Academias aqui lembradas foi seu próprio idealizador, Adolfo Coelho. Por isso, o mestre sugere a segunda proposta que, em parte, se articula com a primeira, já que ele mesmo se incumbiu de fazê-lo, ao encerrar a segunda sugestão, com suas palavras:

Como se vê, nesta divisão, o primeiro período com a fase de transição corresponde ao período de sincretismo, de primeira divisão; o segundo período da segunda divisão ao período de disciplina gramatical da primeira (p. 161).

b) Segunda Divisão

¹² Sobre a influência de uma Academia na uniformização da língua portuguesa vejam-se as considerações de Robert Ricard lembradas por Celso Cunha (*Língua portuguesa e realidade brasileira*, p. 69 e ss.) e a bibliografia aí indicada pelo mestre brasileiro.

A primeira divisão em períodos da história da língua portuguesa não assenta sobre um fato orgânico, interno à língua, mas sim sobre um fato exterior, de caracteres, como vimos, mal definidos. Uma verdadeira divisão histórica deve basear-se sobre fatos orgânicos, sobre algumas alterações mais ou menos consideráveis porque a língua tenha passado, como transformações fonéticas generalizadas. Partindo deste princípio dividiremos a história do português escrito em dois períodos: o primeiro começa com a aparição dos mais antigos documentos em português (fins do século XII)¹³ e acaba pelo começo do século XV; o segundo período segue-se primeiro depois duma fase de transição e prolonga-se ainda.

Primeiro Período. Neste período teve a língua a sua primeira grande época literária, representada principalmente nos Cancioneiros do Vaticano, da casa Brancuti e da Ajuda, compreendendo composições de poetas do tempo de D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso e ainda anteriores ao primeiro.

A língua literária empregada naqueles Cancioneiros, sem dúvida mais unitária que a língua falada, mas não uma língua artificial, como se pretendeu, pois que todas as formas dela, com exceção de alguma rara de origem provençal, pertenciam evidentemente à língua falada, essa língua literária apresenta-se em geral como uma notável perfeição, e excelentemente adaptada por muitos trovadores às formas métricas, que então se cultivavam.

Indicaremos alguns dos característicos da língua neste período:

- 1) A segunda pessoa do plural dos tempos verbais termina sempre em *des*, exceto no perfeito, em que termina em *tes*, como hoje, tendo o *s* anterior obstado ao abrandamento de *t* em *d*⁹¹⁴
- 2) As formas latinas da terceira declinação latina em *one(m)* correspondem sempre as formas em *om*, como *sermom*, *oraçom*, *enliçom* (*electionem*).
- 3) Diversas formas em que duas vogais idênticas se acharam em contato por síncope dum som não as apresentam ainda contraídas numa só; tais são *viir* (lat. *venire*), *teer* (lat. *tenere*), *seer* (lat. *sedere*), *leer* (lat. *legere*), *riir* (lat. *ridere*). Nas épocas mais antigas deste período aparecem constantemente formas como *moa* (lat. *mola*), depois *perigo*.
- 4) Numerosas formas que depois foram modificadas, por influência da analogia, conservam-se fiéis aos tipos latinos, observadas as leis fonéticas da língua: assim dizia-se *pareresco*, *gradesco*, etc., e não *pareço*, *gradeço*, que resultam da influência das formas em que o *c* se acha antes do *e* ou *i*" (p. 158-160).

Antes de passar ao segundo período, A. Coelho lembra ao leitor que este momento apresenta "outras numerosas particularidades lexicológicas e gramaticais, algumas das quais se acham indicadas em diferentes partes desta obra" (*Ibid.*).

Segundo Período. Entre este período e o antecedente há uma fase de transição, cujos limites não é possível marcar com grande precisão. Essa fase de transição é caracterizada principalmente pelos dois fatos seguintes:

- 1) mudança das terminações em *om* (acentuadas e não acentuadas) em *ao*;
- 2) síncope do *d* na maior parte das formas verbais em *ades*, *edes*, *ides*.

Esses dois fenômenos não se deram de súbito: entre *om* e *ão* é mister admitir pelo menos o intermediário *ã*; entre uma forma como *partides* e *partis* houve a intermédio *partiis*.

A oscilação entre essas antigas formas, as intermediárias, e as novas, durou cerca dum século.

¹³ Sabe-se hoje, depois dos estudos do P. Avelino de Jesus e de Luís Filipe Lindley Cintra, que os primeiros documentos até hoje conhecidos datam do séc. XIII.

¹⁴ Embora persista a explicação fonética dada por A. Coelho, está claro que no perfeito não temos marcas pessoais, como nos outros casos, mas, sim, temporais, que acumulam as indicações gramaticais de pessoa.

No *Cancioneiro de Resende* as formas antigas em *om* estão constantemente representadas por formas em *ão* (escritas também com *am*).

Gil Vicente emprega ainda simultaneamente formas como *dizede* e *dizei*” (p. 160-161)

Consoante esta segunda proposta de A. Coelho, a língua portuguesa pode ser dividida em dois momentos históricos: dos primeiros documentos até o começo do século XV (como uma fase de transição para o seguinte) e daí em diante, aqui também com uma curta fase de transição entre o abandono de antigas formas já modificadas e o surgimento, em geral, das modernas por que são conhecidas.

Vê-se a precariedade também dessa segunda proposta, porém é de justiça salientar que representa um largo progresso. Estava, assim, aberta a estrada promissora para a sugestão que hoje reina vitoriosa nos compêndios de diacronia da língua portuguesa.

Note-se que até aqui tais períodos não receberam nenhuma denominação de *arcaico* ou *moderno*.

Por fim, note-se ainda que a A. Coelho escapavam informações que foram sendo acumuladas pelas pesquisas sobre língua portuguesa antiga; já vimos o engano que nele observou Leite de Vasconcelos quanto às formas verbais em *-des* em D. Duarte. Paralelo a esta desinência pessoal, poderemos fazer o mesmo reparo, quando escapou ao mestre a diferença entre língua literária e língua de literatura, ao declara que G. Vicente entrega simultaneamente *dizede* e *dizei*. Ora, se no tempo de D. Duarte, já predominavam as formas sincopadas, na época de G. Vicente essas formas só se explicam como artifícios literários para caracterizar, no seu teatro, segunda a lição competente de Paul Teyssier, “certains personnages féminins bien caractérisée” (*La langue de Gil Vicente*, 193).

Sendo, portanto, um fato de língua de literatura, e não um fato de língua literária de G. Vicente (dentro da nossa provisória nomenclatura), as formas em *-des* do seu teatro não têm valor documental para a problema da periodização das fases históricas da língua portuguesa.

4- Manuel Pacheco da Silva Júnior

Entre os nomes exponenciais da primeira geração de filólogos brasileiros que abeberaram as lições de Frederico Diez, diretamente, e de Adolfo Coelho, manda a justiça

colocar num dos primeiros lugares Manuel Pacheco da Silva Júnior. Desde cedo notabilizou-se pela profundidade de conhecimentos e extensas leituras no mais destacados mestres da filologia e da lingüística da época. Interessou-se por vários setores da língua e deixou-nos uma obra que está à espera de ser reavaliada. Se mais não escreveu, deve-se o fato à sua curta existência, além dos acanhados veículos de divulgação científica entre nós, ontem e hoje incrivelmente tão parecidos, no ambiente cultural e universitário do Brasil.

Assim é que em 1878 aparece a Introdução de sua *Gramática histórica* (154 páginas) e pasma ver a bibliografia estrangeira aí consultada, riqueza que é difícil explicar no Rio de Janeiro e em mais alguns centros culturais do Brasil então, só possível ingentes esforços pessoais de um Pacheco da Silva Jr., de um Aureliano Pimentel, dum João Ribeiro, entre outros. Sem dúvida, deve-se também nisto tudo pôr em relevo o empenho do imperador Pedro II em adotar o colégio Pedro II e a Biblioteca Nacional de uma rica bibliografia estrangeira.

Nesta obra, era natural que o autor teria que enfrentar o problema da periodização aqui estudado, numa época em que o assunto estava ainda nos seus primeiros passos.

Pacheco da Silva divide a história do português em três períodos: *antigo, médio e moderno* (p. 50-62).

O período antigo abarca os séculos XIII e XIV, já que a fase trovadoresca dos Cancioneiros foi escrita, segundo equívoco do nosso autor, em galego (galesiano).

No declinar do século XIV já é denotar a preferência por novas formas (*sua p. sa, legítimo p. lídimio, dispensa p. dispensaçom, eram p. erom, logar por logo, secular p. segrar, mesura p. medida, meatade p. metade, porque p. ca, quieto p. quedo, íntegro p. inteiro, plano p. chão* (...). E assim originaram-se grande número de *duplas*, porque a maior parte desses vocábulos já pertencia ao fundo da língua, já tinham uma forma popular (...).

Já é ostensiva a diferença na obra e estrutura; começam a aparecer certos idiotismos e a sinonímia; a ortografia torna-se mais uniforme; cai a consoante das desinências verbais em *-ades, -ade, -edes, -ede*, etc. (*aes, ais, ae, es, ...*); os participios presentes em *-ante, -ente, -inte* são substituídos pelas formas em *-ando, -endo, -indo*; começa o emprego dos superlativos em *-íssimo*; ¹⁵ tendem a desaparecer os participios em *-udo* e os pretendidos galeguismo (*xe p. se, quigessem p. quisessem*, etc.). A revolução erudita estendem-se à morfologia, a alteração fonética revela-se na ortografia. (p. 52).

¹⁵ O assunto mereceria um estudo em profundidade. Não vejo informações maiores em dois livros especializados, e bons, sobre a língua de D. Duarte no Leal Conselheiro: o de Russo *Morphology and Syntax of The Leal Conselheiro* e o de Roberts *Orthography, Phonology and Word Study of the Leal Conselheiro*, ambos da escola de lusitanistas americanos sob a orientação de Edwin Bucher Williams.

O período *médio* abarca o século XV. É nesse século “que aparecem as celebradas crônicas em língua vernácula com Fernão Lopes (...), Gomes Eanes Azurara (...) e com Rui de Pina ...” (p. 52).

O período *moderno* inicia-se no século XVI.

O século XVI é a fase mais brilhante, o período *áureo* da história literária de Portugal; a literatura abraça as formas mais várias e produz uma raça soberana; começa o português *moderno* que – apesar da influência hispano-italica – fixa muitas das suas formas.

(...) Da influência itálica e da competência com a escola greco-romana resultou mais purismo para a língua, em muito superior à do século XV na forma, propriedade, harmonia do tecido da frase, naturalidade da expressão, simplificação da sintaxe.

Logo nas primeiras décadas do século XVI nota-se esse rápido desenvolvimento da língua, que todavia ainda se ressentia de irregularidades, locuções obscuras, frases arvezadas, construções viciosas e imperfeições (umas provenientes do uso, outras peculiares a cada escritor), períodos estirados – defeito geral em nossos clássicos – alastrando às vezes uma vasta página (...); uso descompassado dos relativos *que, qual*; engano (ainda que raro) no emprego dos tempos dos verbos ou na sua regência (*conquanto não estava; só quando mais estimados querem ser ouvidos*); emprego da forma pronominal *lhe* para ambos os números (no Cancioneiro, em F.M. Pinto, Manuel Bernardes, Lucena); formação dos tempos compostos com participios passivos (*tinham uns vendidas e deixadas, outros deixadas as armas*), além do emprego de palavras já naqueles tempos antiquadas (*empara, trouveram, heregia, aprefiar, ingrês, incrível ...*), anfibologias, assonâncias e consonâncias, etc.

(...) As mais importantes modificações no sistema fonético são a persistência da troca do *b* pelo *v* e vice-versa e do *l* pelo *r* (*frol, craro, grorea, pranta, ingrês...*); a queda do *d* médio em todas as 2^{as} pessoas do plural (*digaes, fareis, ... por digades, faredes*). A 1^a pessoa do singular do verbo *ser* pronunciavam-se uns *som* com J. de Barros, outros *sou* ou *são*, e outros também com Fernão de Oliveira com o breve (*so*); a combinação dos elementos fônicos deram as formas *Pu-la mão* por *pus a mão, tododia* por *todo o dia, amarado seu Deus, pólo* em lugar de *por o, no por em o*, etc.

(...) As alterações mórficas mais de notar são: a fixação em *-ido* dos participios dos verbos da 2^a conjugação (*recebido recebendo, mantido mantendo ...*), a preferência *quinhentista* pelo emprego adverbial do adjetivo (*pronto, raro ... por prontamente, raramente*), a fixação do infinitivo *pôr* (=poner, poer), do advérbio *até, te* (=atta, ata), do plural dos nomes em *ão*, dos participios presentes, a perda de alguns sufixos temáticos. A corrente *erudita*, mais que nunca manifesta no século XVI, deu origem às formas atuais *tracto, acto, baptismo ...* que correspondiam às populares *trauto, auto, batismo*, etc.

Na estrutura da fraseologia é que raras e quase nulas foram as alterações, se as procurarmos orgânicas. Entre outras notaremos o emprego do verbo *começar* sem a preposição ou seguido de *de* (*começou dizer antre si, Morais, Palm.; começou de lhe perguntar, Barros*), do verbo *desobrigar* seguido de *a* etc. Mas estas alterações sintáticas são devidas mais à influência do estilo dos escritores do que a evolução lingüística, e a prova está em que também diziam *começar a, desobrigar de*, etc.

Na segunda metade do século é que a língua adquire maior polimento. Nota-se a suavidade do estilo e louçania no dizer, a maior concisão e harmonia da frase, gravidade e compostura, pureza da locução, propriedade e abastança de termos, simplificação da sintaxe.

Para a formação da língua e o progresso da literatura, muito da literatura, muito contribuiu Camões. Não foi ele o criador da língua portuguesa, mas foi o primeiro que com ardimento admirável lhe deu vitalidade e permanência, simplificando o estilo e não à gramática é que pertencem as alterações sintáticas.

Fixa-se a língua, que constituiu o português *moderno*” (Op.cit., p. 53-56).

5- José Leite de Vasconcelos

A este mestre de tantos ramos do saber deve a Filologia Portuguesa numerosas iniciativas e numerosas contribuições. Uma delas é, sem dúvida, a proposta de periodização das fases históricas do idioma que mais conseguiu a aprovação dos estudiosos posteriores.

Não é propósito deste trabalho em qual das obras Leite de Vasconcelos lançou primeiro a sua proposta de periodização; mas pode-se dizer que ela já vinha sendo pensada havia muito, talvez até nas pegadas da sugestão de Adolfo Coelho, cuja obra *A língua portuguesa* era muito citada pelo mestre. Assim, no livro *A evolução da linguagem*, dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 1886, comenta:

O parágrafo antecedente mostrou-nos que as línguas se alteram constantemente; assim, quem não se socorrer a um vocabulário, não poderá hoje ler com prontidão qualquer poesia dos nossos mais antigos Cancioneiros. Em Gil Vicente, e ainda em Camões, existem muitos termos que precisam de tradução. Há pois sempre em todas as línguas um período *arcaico*, e um período *moderno* (*Opúsculos*, I, 114).

Em 1891, num *Curso de língua portuguesa arcaica*, ensina Leite de Vasconcelos:

Eu chamo *português arcaico* a língua que começa a transparecer debaixo das formas do latim bárbaro do séc. IX, e chega até o séc. XVI. Então principia o *período moderno*" (*Opúsculos*, I, 231).

Mas foi pelas Lições de filologia portuguesa (1ª ed. 1911) que a proposta definitiva ganhou adeptos:

As palavras e expressões portuguesas que transparecem nos documentos latino-barbáricos constituem o que costumo chamar *português proto-histórico*, que é a primeira fase do *português arcaico*. Esta primeira fase pode dizer-se que durou até o séc. XII, pois em tal época principiou a escrever-se a nossa língua, ou pelo menos é d'então que datam os mais antigos documentos portugueses que possuímos¹⁶. Do século XII aos meados do XVI, a língua diferencia-se bastante da atual: é a *língua arcaica* propriamente dita.

Distinguimos pois os seguintes períodos do português: 1) *arcaico* ou *antigo*, do século IX, e mais particularmente do séc. XII, aos meados do séc. XVI; 2) *moderno*, do séc. XVI ao séc. XX. Nestas duas classes há ainda subdivisões" (*Lições*, 16).

Infelizmente dessas subdivisões, que eu sabia, nunca se ocupou o mestre.

De modo sistemático encontramos nos *Textos arcaicos* a relação das características gramaticais do português arcaico:

¹⁶ Para a época dos textos iniciais em língua portuguesa remeto o leitor para as observações contidas na nota 8 deste capítulo.

a) Na fonética:

distinção entre *s* e *ç* e entre *s* intervocálico e *z*;

a diferença entre *ch* e *x*;

uso de *-om*, correspondente ao moderno *-ão*, em formas da 3ª decl.; como *sermom*, *açom*, e em terminações verbais, como *quiserom*, *amárom*, *ouverom*, onde em latim havia *-unt*;

hiato entre vogais que depois se contraíram, como *caente*, *creer*, *geeral*, *poboo* (síncope de *cadente-*, *credere*, *generale-*, *populu-*);

manutenção de nasalidade que posteriormente desapareceu ou fez desenvolver novos sons, como *têer*<*tenere* (hoje *ter*), *pessõa*< *persona* (h.pessoa), *vão*<*vinu-* (h.vinho), *Eidã-ya*<*Egitania* (h. *Idanha*);

grupos ou dígrafos *eo* e *ea*, onde *e*, por ser tônico e pré-vocálico, se ditongou depois, como em *creo*, *meo*, *cea* (mais ant. *cea*<*cena*), hoje *creio*, *meio*, *ceeia*;

terminação *-vil* ou *-bil*, hoje *-vel*, como *razoável* e em Camões ainda *terribil* (por influência do lat. *terribilis*).

b) Na morfologia

a já citada terminação *-om* nos verbos, e além disso *-des* na 2ª pessoa plural, como *amades*, *devedes*, *fugides*, terminação ainda agora conservada quando o *d* está precedido de nasal (*tendes*, *vindes*) e em outras circunstâncias;

particípio em *-udo* na 2ª conjug., como *recebudo* (hoje *recebido*), *teúdo* hoje *tido*, terminação ainda agora conservada no substantivo comum *conteúdo* e no apelido *Temudo* (por *temido*) (...);

formas verbais como *som* “sou”, *sai* e *siia* (de *seer sedere*), *estê*<*ste(m)* e *ste(t)*, *arço*<*ardeo*, *senço*<*sentio*, *fezeste*< *fecisti*, *querria* (quereria) e pretérito em *-i*, como *púgi*< *posui*, *quiji*<*quaesii*;

particípio do presente em *-nte*, por ex. *Temente*, *amante* (h. *temendo*, *amando*, propriamente gerúndios);

nomes uniformes em *-nte*, *-or* e *-ês*, como *infante* (m. e f.) e *português* (m. e f.);

distinção entre pronomes átonos ou conjuntos, e tônicos ou absolutos (mha senhor “minha senhora”);

formas plurais como *ourívezes* (h.ourives, tanto no sing. Como no plur.).

c) Na sintaxe

Variabilidade do particípio no conjugação perifrástica, como *aver jurada*

Pleonasma da negação pré-verbal, como *ninguém non levar*” (p. 117-118)

Leite de Vasconcelos alude ainda, como classes à parte, ao *estilo* (abuso da copulativa *e* na ligação das frases, e a extensão e complexidade destas) e ao *léxico*.

6- Carolina Michaëllis de Vasconcelos

Sucedendo a Leite de Vasconcelos nas lições por ele ministradas, a doutra mestra, naturalmente, aceitou a periodização atrás mencionada, nas preleções que ela fez aos Cursos de 1911/12 e de 1912/13 que vieram a constituir suas excelentes *Lições de filologia portuguesa* e *Lições práticas de português arcaico*. Apesar da adoção, a erudita

pesquisadora não perde a oportunidade de apontar críticas à elasticidade do balizamento:

O período arcaico prolonga-se até 1500 ou mesmo ainda mais além dessa data.

A língua não fica de modo algum inalterada. Bastantes dos fenômenos que a distinguem desaparecem depois de 1350, outros perduram ainda um século; vários subsistem até ao século XVI. A pronúncia *ũa* de *lũa*, por ex.: com ressonância nasal do *u* conserva-se em livros que são geralmente considerados clássicos e modelares; nos próprios *Lusíadas*, cuja linguagem ninguém se lembra de tratar de arcaica. Em geral pode, contudo, dizer-se que o português moderno começa no tempo de Renascimento, depois de alguns humanistas, - guinado-se pelos gramáticos latinos, - haverem comparado sistematicamente as formas portuguesas com as latinas, escolhendo entre as variantes da mesma palavra que eram usuais, as mais consentâneas com o gênio da língua pátria. Não se cifra só nisso a atividade de Fernão de Oliveira e João de Barros; e a par dela há a dos poetas que enriqueceram o vocábulo com ressurreição grecolatinas. Claro que os limites entre os dois períodos são vagos, e que houve uma época de transição. O que dissemos do latim vulgar e do neolatim, tem aplicação também aqui: “*Uma língua não nasce em dia e hora certa*”, nem evoluciona num momento de um estado a outro. Algumas transformações realizam-se muito devagar; outras muito depressas.

Pessoalmente achamos extenso demais o tempo que se assimila ao período arcaico.

Quatro séculos e séculos fecundos em feitos históricos e obras literárias, de Sancho I até D. Manuel! Das cantigas trovadorescas ao Cancioneiro Geral, com versos de Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda! Do *Sirventês* aos que deram os castelos ao Bolonhês como não deviam, à *Exortação da Guerra* e à *Barca do Inferno* de Gil Vicente! Dos primeiros documentos públicos em prosa, tão cheios de irregularidades e mesmo de barbarismos, às *Crônicas* de Rui Pina e ao *Clarimundo* de João de Barros!

Dividimo-lo por isso em dois: o período trovadoresco até 1350; e o da prosa histórica verdadeiramente nacional: o das *Crônicas* de Lopes, da ingenuamente linda *Crônica do Condestável* D. Nunálvares Pereira e da do Infante Santo, o sacrificado de Tanger.

Durante os reinados de D. Pedro, o cruel Justiceiro, D. Fernando o Formoso, e parte ainda do de D. João I, as musas emudeceram. O provençalismo morrera de inanição, após século e meio de grande eflorescência. Pelas lutas com Castela, depois da vitória de Aljubarrota, que excitaram febrilmente a atividade nacional, a língua também experimentou notáveis alterações. Disciplinou-se um pouco mais; progrediu na fixação da morfologia; sobretudo quanto às flexões de nomes e verbos. Principiando a concentrar-se e avigorar-se, contraiu também vogais idênticas, numa só, pronunciando por ex.: *ver, ser, crer, só, dó, má*, em lugar de *veer, creer, sôo, dôo, maa*, formas que só de longe apontavam nas poesias trovadorescas, como licenças poéticas de que os autores se servem a medo, envergonhados talvez de acolher tais modos de dizer familiares ou vulgares.

Abreviaram também a 2ª pessoa do plural, deixando de dizer *amades, queres, partides*. Ambas estas transformações, e muitas outras, eram fatos consumados na primeira metade do século XV (Lições, 19-20).

Depois destas judiciosíssimas considerações da mesma Carolina, com o peso de sua autoridade incontestável, vemos que se impõe subdivisões no dilatadíssimo período de tempo compreendido na denominação *português arcaico*, imposição também já assinalada, como anunciava Adolfo Coelho e Leite Vasconcelos, nas suas propostas de periodização, transcritas anteriormente.

Passa a seguir D. Carolina a repetir (naturalmente por já terem lembradas pelo seu antecessor), “quais as principais características do português arcaico na fase galego-portuguesa”:

Em geral todas as formas estão mais próximas do latim vulgar. São mero reflexo delas.

Mesmo na conjugação cada forma provém isoladamente, como vocábulo distinto e independente, do tipo modelo, ao passo que na língua moderna a *analogia*, a tendência de igualar na construção o que é igual nas suas funções, sistematizou e regularizou bastante as flexões dos verbos.

Se os galego-portugueses diziam, por ex.: *moiro, cômio e coimo, dôrmio, arco, perco, menço, senço* – porque tais são os representantes foneticamente exatos de *morio* (por *morior*), *comedo, ardeo, perdeo, mentio, sentio* – os pósteros preferiram tirar dos infinitivos *morrer, comer, dormir, arder, mentir, sentir*, os presentes regulares ou analógicos *morro, como, durmo, ardo, minto, sinto*.

Do mesmo modo temos imperativos e 3^{as} pessoas do singular do presente do indicativo e mesmo do subjuntivo que terminam em *r, l, n, s, z*, e não em *-e*, como na fase moderna: *Fer de ferir* (cuja 1^a pessoa era *feiro*); *sal, dol, sol, de sair, doer, soer, ma, de manere, pon de ponere; perdon* na fórmula “*Deus me perdon*” e *pés* na expressão *em que me pés* como equivalente de *custe o que custar; faz, diz, luz*, etc.

Assim mesmo se dizia *pareSCO, gradeSCO, nasce, jazca*, e não *pareço, gradeço, naça, jaça* (ou *jaza*) que resultaram da influência do infinitivo e de mais formas em que o *c* se acha antes de *e* ou *i*.

O pretérito dos verbos chamados irregulares acaba em *i* na 1^a pessoa do singular e em *o* na 3^a; *pugi, quigi, dixi* representam *posui, quaesii, dixi; puso, quiso*, são galego-castelhanos mais primitivamente comuns também aos povos do Minho.

Havia as já citadas formas em *-des* na 2^a pessoa do plural – *amades, quererdes, partides* – terminações agora conservadas apenas quando o *d* está precedido de nasal como em *tendes, vindes, pondes* e em *ides*.

O particípio da 2^a conjugação era em *-udo, ventudo, temudo, sabudo*.

Os substantivos e adjetivos em *-or*, em *-ês* e em *-nte* eram uniformes para os dois gêneros; p. ex.: *senhor, português*. O trovador chamava à amada a cada passo *mia senhor*.

Distinguia-se entre alguns pronomes possessivos átonos (conjuntos) e tônicos (absolutos). A par de *ma senhor* havia *senhor mia*, e já de longe em longe *senhor minha; ta fé e a fé tua; sa vinda e a vinda sua*.

Na sintaxe havia a variabilidade do particípio como em francês e castelhano antigo, em frases como *a fé que me havia jurada*; o partitivo *beber do vinho, semear da favas*; pleonismo na negação pré-verbal nenhum (por *ninguém*) *non o disse*.

No estilo e curioso o abuso da copulativa *e* em proposições subordinadas.

Foneticamente há alguns traços importantes: Distinção absoluta rigorosa na pronúncia (e conseqüentemente na grafia que tenta reproduzir aquela veridicamente e o consegue menos mal) entre *ss* (forte) inicial e medial e *ç* que se pronunciava *ts*: *paaço* < *palatium*, hoje *-paço* e *passo* < *passus*.

Igualmente entre *s* (brando) intervocálico e *z* pronunciado provavelmente *ds*: *cozer* < *coquere* e *coser* < *consuere*.

Finalmente entre *ch* pronunciado *tsch* e *x* pronunciado *sch*.

As três terminações nasais *-om, -am* e *-ão*, pronunciado *ã* – *o* e contado sempre por duas sílabas não se confundem.

-Om (escrito -õ, -on, -om) corresponde às formas latinas da 3ª declinação em -one, -oraçom, defenson, razom, prijom, leijom (prisione, laesione), e a -unt em formas verbais como ouvereom<habuerunt, quigeram (quiseram)< quaesierunt.

-An (escrito -ã, -an, -am) provém de -ane por ex.: em *pan*, e de -ant em *dam* (hoje pão, dão). -Ão – deriva exclusivamente da terminação -nu por ex.: em *mã-o*, *grã-o*, *vilã-o*.

Nos vocábulos em que por síncope de consoantes, em geral, sonoras com *g*, *d*, *l*, (mediais e intervocálicas) ficam em contacto imediato duas vogais idênticas ou semelhantes, elas não se fundem em uma só. Hoje dizemos *dor*, *cor*, *mã*, *Sã*, *so*, *crer*, *ler*, *ver* – de *dolor*, *color*, *mala*, *sala*, *solo*, *credere*, *legere*, *videre*, e também *cai*, *dói*, com ditongo. No primeiro período histórico da língua pronunciava-se pelo contrário, com absoluta clareza -*door*, *coor*, *maa*, *saa*, *sôo*, *creer*, *leer*, *veer*; contado-os por duas sílabas.

A nasalidade que -n- intervocálico comunica à primeira vogal, manteve-se sempre, e até muito tarde. Ao moderno *sã*, *vã*, *ter*, *vir*, correspondiam portanto *sã-a*, *vã-a*, *têer*, *vĩ-ir*; a *vinho* *vĩ-o*; a *uma*, *alguma*, *ũ-a* e *algũ-a*” (*Lições*, p. 20-22).

7- Augusto Epifânio da Silva Dias

Desde os seus primeiros trabalhos, Epifânio Dias parece ter aceito a divisão de Adolfo Coelho, e pelo teor de todas as suas obras publicadas em vida, o mestre incomparável não precisou extrapolar essa orientação.

Naturalmente os objetivos e o rigor de um livro que havia muito vinha compondo e que, infelizmente, não viu sair à luz do dia – a *Sintaxe histórica portuguesa* (1ª ed. 1917, publicada um ano depois da morte do autor, ocorrida em Lisboa, a 30 de novembro de 1916) – levaram Epifânio Dias a trabalhar com outra proposta para atender à massa extraordinária de fatos sintáticos arrolados aí, fruto de uma leitura permanente em documentos literários ou não que abarcam todos os períodos históricos da língua portuguesa, dos primórdios até o século XIX.

Na *Sintaxe histórica* Epifânio divide a história do português em três fases: *arcaica*, *arcaica média e moderna*. O perfeito conhecimento desses três períodos é indispensável a uma exata e rigorosa compreensão dos fenômenos lingüísticos expostos nessa obra.

Infelizmente, Epifânio nunca explicitou o que entendia por essa fase, exceto uma pequena nota de rodapé que já aparece na sua *Gramática prática da língua portuguesa* (Porto, 1870) e repetida na *Gramática portuguesa elementar* (1ª edição, Porto, 1876), acerca da forma arcaica *poer*, em que declara: “O período arcaico da língua portuguesa va até cerca dos fins da primeira metade do século XVI” (p. 48 da 8ª edição, Lisboa, 1889).

É justamente neste conceito que se emprega a expressão nos seguintes parágrafos da *Sintaxe*: 3, 19; 27, 2; 28, e, 1, obs.; 40, 1; 63, b. 1-4; 67; 81,3; 84b. obs.; 84c; 96; 104; 105.a; 108; 110, a, 1ª obs.; 110, a 3ª obs.; 114; 129; 138; 142, a, obs.; b, 2; 225; 228, a; 230; 236, d, obs.; 236, f; 274, c, obs. 2ª; 292; 316, b, 2, obs. 2ª; 325, a; 350, a, obs. 2ª; 358; 380, 12; 400, a) e c); 404; 406; 407, 2; 414, a; 425; 431, c; 432, obs. e 462, 2.

Desta longa lista apenas fogem ao conceito de português arcaico acima exposto os parágrafos 66, b, 1-4 (veja-se o 103); 358 e 3801, b. Antes de mais nada, é bom acrescentar que tais passagens se acham em páginas não revistas por Epifânio, e que o fossem, são ilhas perdidas em vasto oceano de citações.

No parágrafo 66, b, 4, é duvidoso dizer-se categoricamente que o autor cita *Os Lusíadas* como exemplificação de um fenômeno lingüístico do português arcaico. Parece tratar-se de apenas uma observação à parte sobre a predominância à parte sobre a predominância de *mi ainda* na epopéia camoniana.

Por português moderno entendia Epifânio a língua literária de que se serviram os escritores do século XIX para cá ou, mais propriamente, que remontava ao século XVII-I. Por uma nota exarada no parágrafo 66, a, Obs. 1ª, vê-se corroborada esta conceituação de período moderno da língua portuguesa: “ ocorre (o emprego de *lhe* aplicado ao plural) às vezes nos próprios escritores modernos, nomeadamente em Bocage ...”

Aliás o autor não faz mais do que repetir o que já havia escrito em 1870, na *Gramática prática*, p. 121 § 202, Obs. 6ª. Por este dado, vê-se que o conceito de português moderno é já antigo na nomenclatura gramatical adotada por Epifânio, embora, parece, de modo um tanto não sistemático, pois que, aludindo ao mesmo fato lingüístico ocorrido na sua edição de *Os Lusíadas* (I, 18) fala o mestre em “português antigo”.

Uma outra vez na *Sintaxe histórica*, o autor alude à denominação *português moderníssimo* (cf. § 136, b), que se há de tomar como sinônima de português moderno. O testemunho lingüístico do próprio autor é muitas vezes chamado a documentar essa fase do idioma.

Dividida assim a língua portuguesa nestas duas fases históricas maiores, era necessário dar um passo a mais, já que os objetivos da *Sintaxe histórica*, diante de uma soma enorme de fatos lingüísticos arrolados, deviam impor delimitações mais rígidas,

principalmente para poder distinguir um punhado de fenômenos que se desenvolveram entre o português arcaico e o moderno, assim como outros que, começados numa fase, transitaram para a seguinte desta necessidade teria saído a proposta da inserção de uma nova fase a que Epifânio chamou *português arcaico médio*.

Ficará, por certo, surpreendido o leitor que, entendendo o português arcaico médio o longo período de atividade lingüística que vais dos fins da primeira metade do século XVI até o século XVIII, encontra na *Sintaxe histórica* – o que é fato comum – os *Portugaliae Monumenta Historica* ou os Cancioneiros medievais juntos a autores quinhentistas e seiscentistas como documentos literários dessa fase da língua portuguesa, como ocorre, entre numerosos outros, no parágrafo 250:

O port. arc. médio antepunha freqüentemente a *um* o artigo definido:

assy póla huma parte como póla outra (*Foros da Guarda*, L. et Consuet. 332, P. Mon. Hist.)
hũ... o outro (Heitor Pinto, I, 126). Os hũs ... hos outros (Diego Aff., 154)”

Se o leitor, aliás como seria de esperar, assim proceder, é que viu o port. Arc. médio sob apenas um dos dois prismas segundo os quais Epifânio concebeu esse período. Muitos fatos lingüísticos não esperaram as luzes da primeira metade do século XVI para se despedir do uso corrente ou da língua literária. Estes fatos caracterizam o português arcaico. Todavia outros, mais bafejados pela sorte, resistiram à moda de inovações, mas se foram enfraquecendo e caindo em olvido com o correr dos tempos. A força conservadora, porém, não foi tal, que os fizesse alcançar o século XVIII, e vieram o escurecer do dia no meio da jornada. Já esta série de fatos iria caracterizar o português arcaico médio.

Mas o conceito desta fase não poderia ficar, como não ficou, adstrito a essa produção lingüística. O português arcaico médio tinha de enquadrar também a série de aquisições novas de sintaxe que apareceram nos séculos XVI e XVII, independentemente do português arcaico. Esta nota característica da linguagem dos quinhentistas e seiscentistas dedica-nos antever um conceito confuso, ou, pelo menos, pouco rigoroso, do português arcaico médio, tal como o entendia o autor da *Sintaxe histórica*. Basta observarmos que duas ordens diferentes de fatos lingüísticos servem para caracterizar um e único período histórico. A longa lista de parágrafos em que o autor se refere a esta época comprova a veracidade de minha conclusão: 2, b, 4, Obs.; 6; 7; 11, a; 28, d; 30, c; 48, b; 66, a, Obs. 1ª; 83, e; 85, 3, Obs.; 86, b, Obs.; 92, a; 94; 103, e, Obs.; 111; 118, 3, Obs.;

123, c, Obs.; 128, c; 129; 133, e; 138; 167, a, 2; 183, b; 190, 5; 192, 2, b; 215, 4, b; 216, d; 218, c; 228, b; 231, a. Obs.; 236, b; 250, e; 256, b, 2; 257; 258, b, Obs. 4^a; 267, a, Obs. 1^a; 270, 6, Obs.; 271, a, Obs.; 271, f; 273, a, 2; 280; 280, b; 284, 1; 284, 6, 1; 288, Obs.; 297, b; 313, a; 314, 7, 2, Obs.; 316, b, 2, Obs.; 325, a, Obs. 3^a; 341; 349; 354; 356, c; 367; 372; 373; 394, a; 397, a; 408; 412; 414, a, Obs.; 414, b; 417; 428, b; 431, c; 431, d; 431, f; 431, g e 454, c, Obs. 2^a.

Apenas dois parágrafos fogem ao conceito do português arcaico médio aqui exarado e, de modo algum, tiram a força da lista acima: 110, a, Obs. 2^a e 208, b, onde só se abonamos fatos lingüísticos arrolados com exemplificação extraída de autores da fase arcaica. Se são falhas, são falhas naturais num trabalho de difícil composição como é a sintaxe, a que o autor não deu a última demão.

Ocorre, outrossim, em um ou outro parágrafo, a falta de escritores posteriores à primeira metade do século XVI e anteriores ao XVIII, como exemplos do português arcaico médio, segundo se observa nos parágrafos 143, b; 236, c e 457.

Desde o momento em que Epitáfio não tinha a preocupação de separar o português arcaico do português arcaico médio, servia-se da expressão de sentido geral *escritores antigos*, conforme transparece dos parágrafos 29, b, 6; 57, b, 6, Obs.; 61, a; 66, a, Obs. 3^a (“falar popular antigo”); 72; 93, b, 1; 104, b. Obs.; 230; 252, b, Obs. 1^a e 375, a.

Por outro lado, era reservada a denominação *português clássico* e, conseqüentemente, *escritores clássicos*, para designar o chamado período de ouro da poesia e prosa portuguesas, isto é, respectivamente, os séculos XVI e XVII e seus representantes: 29, a, 1, Obs.; 52, b; 84, a e 85, 2.

Certo ou errado, o conceito de Epifânio Dias sobre o português arcaico médio, é assim que o temos de interpretar para que possamos compreender inúmeros parágrafos da sua *Sintaxe histórica*: o período que enlaça não somente os fenômenos lingüísticos que, desconhecidos do português arcaico, se desenvolveram e desapareceram entre os séculos XVI e XVIII, mas também a continuação do uso arcaico, continuação esta que não chegou a viver sob o signo da fase moderna do idioma. Em outros termos: a denominação português arcaico médio engloba os fenômenos da língua arcaica e da fase seguinte, levando-os além do século XVI e aquém do séc. XVIII.

É oportuno ressaltar aqui, outrossim, que, se por um lado, houve preocupação de Epifânio Dias com levar em consideração fenômenos que pertencessem ao período arcaico médio, parece que esta mesma preocupação deixou de existir no tocante aos fenômenos que vieram à luz entre os séculos XVI e XVII e o português moderno. É natural que, estudando historicamente a sintaxe portuguesa, o autor não tivesse chegado de modo mais profundo e definitivo a esta fase mais moderna do idioma.

8- Manuel Said Ali Ida

Estudando historicamente a língua portuguesa, não poderia escapar a um mestre genial como Said Ali o problema da periodização, para atender ao propósito de sua *Lexicologia* (1921) e de sua *Formação de palavras e sintaxe do português histórica* (1923) que integram a primitivamente *Gramática do português histórico* eu, pela força de tradição editorial, teve de passar a *Gramática histórica da língua portuguesa*, contrariando um modo original de conceber o estudo diacrônico do idioma partindo dos primeiros documentos em vernáculo, em vez de partir do latim. Mais uma vez o mestre revelava suas aptidões pedagógicas, partindo, nas exposições aos alunos, do conhecido para o desconhecido.

Retornando ao problema da periodização, Said Ali apresenta, no prólogo da *Lexicologia*, sua proposta inovadora:

Distinto no português histórico¹⁷ dous períodos principais. O português antigo, que se escreveu até os primeiros anos do século XVI, e o português moderno. A esta segunda fase pertencem já a Crônica de Clarimundo (1520), de João de Barros, as obras de Sá de Miranda, escritas entre 1526 e 1558, as de Antônio Ferreira, a crônica de Palmerim de Inglaterra e outros trabalhos literários produzidos por meados do século. Robustecida e enriquecida de expressões novas a linguagem usada nas crônicas desta época, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina o apuro e gosto do português moderno nos Lusíadas (1572). É o século da Renascença literária, e tudo quanto ao depois se escreve é a continuação da linguagem desse período.

Não ficou, nem podia ficar, estacionário o português moderno; e assim temos de designar pelos qualificativos quinhentistas, seiscentistas a linguagem própria das respectivas eras. Reservar a denominação de português hodierno para as mudanças características da falar atual criadas ou fixadas recentemente ou recebidas do século XIX, ou que porventura remontam ao século XVIII” (p. IV).

Eis, portanto, sua nova proposta:

¹⁷ Entende o mestre por *português histórico* o “largo período decorrido desde o tempo que se conhece o português como língua formada e usada em documentos” (*Prólogo à Gramática histórica*, VI).

Português antigo: dos primeiros documentos escritos até os primeiros anos do século XVI.

Português moderno: daí até o séc. XX, subdividido em português quinhentista, seiscentista e setecentista.

Português hodierno: do séc. XIX ou do XVIII ao séc. XX.

Depois de estabelecer essa sua proposta, acrescenta Said Ali:

Limites entre os diversos períodos não podem ser traçados com vigor. Alterações lingüísticas não dependem de calendário, nem do ano em que o século acaba ou começa. Além disso, autores há cuja atividade literária se exerce, parte num século, parte no imediato. O que devemos entender por linguagem quinhentista, seiscentista, etc., é a maneira de falar dominante em grande parte da respectiva era, ou nela principalmente. Dizeres peculiares a qualquer das épocas continuam muitas vezes a ser usados por alguns dos escritores do período seguinte.

Ignora-se a data ou momento exata do aparecimento de qualquer alteração lingüística. Neste ponto nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge uma inovação, formulada acaso por um o poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas com o tempo sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, senão escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjear o que todo o mundo diz, se decide também a aceitar a mudança. Tal é, a meu ver, a explicação não somente de fatos isolados, mas ainda do aparecimento de todo o português moderno.

Não é de crer que poucos anos depois de 1500, quase que bruscamente e sem influxo de idioma estranho, cessassem em Portugal inveterados hábitos de falar e se trocasse o português antigo em português moderno. Nem podemos atribuir a escritores, por muito engenho artístico que tivessem, aptidões e autoridade para reformarem a seu sabor o idioma pátrio e sua gramática. Consistiria a sua obra antes em elevar à categoria de linguagem literária o falar comum, principalmente o das pessoas educadas, tornando-o mais elegante e desterrando locuções que lhe dessem aspecto menos nobre. Este falar comum remontaria aos tempos de Rui de Pina e Zurara ou se usaria talvez antes. Mas os escritores antigos evitavam afastar-se da prática recebida de seus avós, e, posto que muitas concessões tivessem de fazer ao uso para serem entendidos, todavia propendiam mais a utilizar-se de recursos artificiais que dessem ao estilo certo a de gravidade e acima do vulgar.

O século XVI, descerradas as cortinas que encobriam o espetáculo de novos mundos, e dada a facilidade de pôr a leitura das obras literárias ao alcance de todos, graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem. Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo. Trariam estes diálogos os característicos gramaticais do português antigo, se fosse este ainda o idioma corrente (Op. cit., p. IV e V).

Pelas considerações acima e as que vêm a seguir, Vê-se que mestre Said Ali entendia que, no português antigo ou arcaico, se poderiam estabelecer duas subdivisões bem nítidas, como, aliás, já fizeram Carolina Michaëlis de Vasconcelos: um patrimônio lingüístico anterior ao início da prosa histórica e outro iniciado com ela, “ou se usaria talvez antes”.

Embora Said Ali não propusesse datas – pois as considerava prematuras diante do estado em que se achavam, àquela quadra, os estudos e as edições de textos de língua antiga -, essas suas considerações correm mito próximas àquilo de D. Carolina quando afirmava que dividia o português arcaico em duas fases: o período trovadoresco até 1350 eo da prosa histórica verdadeiramente nacional, com as *Crônicas* de Fernão Lopes à frente.

Por fim, cabe aqui transcrever as considerações de Said Ali sobre a dificuldade de periodização, dificuldade que não minimizei no presente trabalho:

Nos séculos que precederam a era quinhentista claro que a linguagem sofreu também evolução. Entre os antigos autos de partilha e a crônica de D. João I é palpável a diferença. Seria contudo prematura qualquer subdivisão do português antigo, pois que nos faltam ainda muitos documentos e de vários códices publicados resta a saber a data certa em que foram pela primeira vez escritos (Op.cit., p. V).

9- Paul Teyssier

O notável mestre francês a quem todos devemos um profundíssimo estudo sobre a língua de Gil Vicente e um informadíssimo manual de língua portuguesa com a abrangência do português de Portugal e do Brasil – além de vários outros estudos importantes e originais – retoma, na sua *História da língua portuguesa*, o problema da periodização, conforme se viu no início deste trabalho.

Segundo a lição do mestre francês – em parte ainda nas pegadas de D. Carolina Michaëllis de Vasconcelos -, a história da língua portuguesa está dividida em dois grandes momentos: o primeiro, em que “o português não se distingue do galego, falado na província (hoje espanhola) da Galiza, e que se estende até o século XIV (de 1200 a aproximadamente 1350), e o segundo momento, o que chama português europeu, que vai do século XIV aos nossos dias.

É justamente este segundo momento que o mestre Teyssier divide em *arcaico* (que vai do séc. XIV a Camões, no século XVI) e o *moderno* (que começa com ele e se estende até nossos dias).

Das páginas 24 a 33, traça Teyssier um esboço do sistema gramatical do galego-português e, das páginas 40 a 74, comenta, com muita propriedade e erudição, os fenô-

menos lingüísticos mais importantes que estremam essa fase primitiva das fases subseqüentes do português europeu do século XVI aos nossos dias.

Nessas páginas da *História da língua portuguesa*, Teyssier reúne e resume, com mão de mestre, dados importantes da diacronia do português, frutos que são da pesquisa não só de notáveis historiadores do nosso idioma, mas ainda oriundos de pesquisas pessoais. Infelizmente, ressaltar o valor dessa contribuição extrapola os limites e os objetivos do presente trabalho.

*

* *

Verifica-se, portanto, que a periodização corrente nos manuais de gramática histórica da língua portuguesa foi esboçada por Adolfo Coelho e aperfeiçoada por Leite de Vasconcelos. A proposta de Said Ali – de considerar uma nova fase a partir do século XVIII ou século XIX, o *português hodierno* –, apesar da sua extrema validade, não foi tomada em consideração pelos autores brasileiros e portugueses. Já a sugestão de Epifânio Dias, pelo fato de não ter o mestre explicitado sua lição e pela ambivalência do conceito em que tomou a fase a que chamou *português arcaico médio*, jamais mereceu sequer referência especial nos livros especializados em história da língua portuguesa.

Assim sendo, podem-se resumir as principais propostas de periodização aqui examinadas, com exceção, naturalmente, das primeiras tentativas arroladas no início deste capítulo, em que não se cogitou do estabelecimento de fases históricas organicamente concebidas, bem como das considerações pouco pertinentes à diacronia da língua portuguesa tecidas pelo historiador e fundador da ciência diplomática em Portugal, João Perador e fundador da ciência diplomática em Portugal, João Pedro Ribeiro, na *Dissertação V – Sobre o idioma, estilo e ortografia dos nossos documentos e monumentos (Dissertações chronologicas e criticas*, tomo I, 181-198):

1) Antônio das Neves Pereira

1ª época: da fundação do Reino a D. Afonso V

2ª época: D. João II – D. Sebastião

3ª época: D. Sebastião – XVIII

2) F. Adolfo Coelho

1ª divisão:

a) Período de sincretismo: inícios ao surgimento de uma literatura gramatical e lexicológica (XVI)

b) Período de disciplina gramatical: XVI aos nossos dias

2ª divisão:

a) fins do séc. XIII – começo do XV

b) curta fase de transição (XV-XVI) – até nossos dias

3) M. Pacheco da Silva Júnior

a) *antigo*: XIII-XIV

b) *médio*: XV

c) *moderno*: a partir do séc. XVI

4) J. Leite de Vasconcelos

a) *arcaico* ou *antigo*: XII – meados do séc. XVI

b) *moderno*: XVI-XX

5) Carolina Michaëlis de Vasconcelos

a) *arcaico* (período trovadoresco: XII-1350

(prosa histórica: 1350-XVI

b) *moderno*: XVI aos nossos dias

6) A. Epifânio da Silva Dias

a) *arcaico*: XII – fins da 1ª metade do séc. XVI

b) *arcaico médio*: ambíguo

c) *moderno*: XVIII ou XIX-XX

7) M. Said. Ali

a) *antigo*: XII aos primeiros anos do séc. XVI

(quincentista: primeiros anos de 1500 – 1599

b) moderno (seiscentista: 1600-1699

(setecentista: 1700-1799

c) *hodierno*: XVIII ou XIX-XX

8) Paul Teyssier

- período galego-português: XIII-1350 (aproximadamente)

(arcaico: XIV-XVI (Camões)

- período português europeu (moderno: XVI (Camões) até aos nossos dias.

CAPÍTULO II

NA TENTATIVA DE UMA NOVA PROPOSTA

Examinadas, cuidadosamente, as sugestões até aqui apresentadas e levando-se em conta os resultados das investigações dos historiadores da língua portuguesa, apresento, neste capítulo, à consideração dos estudiosos, a seguinte proposta de periodização das fases históricas da língua portuguesa, tomando-se como pontos de referência fenômenos lingüísticos balizadores – com privilégio, por motivos fáceis de entender, dos fatos morfológicos e sintáticos sobre os fonéticos, fonológicos e lexicais:

| | | |
|--|---|---|
| <i>Fases históricas da língua portuguesa</i> | } | a) <i>arcaica</i> : vai do séc. XIII ao final do XIV b) <i>arcaica média</i> : vai do séc. XV à 1ª metade do séc. XVI c) <i>moderna</i> : vai da 2ª metade do séc. XVI ao final do séc. XVII d) <i>contemporânea</i> : vai do séc. XVIII ao XX |
|--|---|---|

Passo a enumerar as razões de ordem lingüística que, suponho, justificam os limites fixados no quadro acima, insistindo, mais uma vez, na lição dos mestres que previnem não se poderem traçar com mais rigor os limites entre os diversos períodos históricos de uma língua, já que, consoante as palavras de Said Ali, as “alterações lingüísticas não dependem de calendário, nem mês do ano em que o século acaba ou começa” (*Gramática histórica*, IV). Já disse noutro lugar e creio oportuno repetir: guiei-me fundamentalmente pela freqüência relativa do emprego da forma lingüística eleita como baliza, sem deixar de levar em conta a evidência da variedade diafásica para caracterizar um gênero literário ou determinados tipos de personagens de obras literárias.

É evidente, outrossim, que, como toda proposta, esta é de caráter provisório, pois que a continuidade das pesquisas sincrônicas e diacrônicas – estas, hoje, mais raras que aquelas – nos pode confirmar os limites estabelecidos ou então ir revelando a freqüência

de outros fatos lingüísticos até aqui postos na penumbra que passe a recomendar subdivisões naturais num balizamento que abarca um discurso de tempo relativamente largo.

*

* *

1ª fase: *arcaica* – vai do século XIII ao final do XIV

O primeiro aspecto da proposta a ser ressaltado é não privilegiar, lingüisticamente, o chamado período galego-português, a ponto de fazê-lo responsável por uma subdivisão da fase arcaica, segundo a lição da mestre admirável que foi Carolina de Vasconcelos, nem tampouco fazê-lo um período à parte, como está explícito na preciosa *História da língua portuguesa*, de Paul Teyssier. Reforça-se, neste particular, a tradição do elo histórico inaugurada desde Neves Pereira, no século XVIII.

Sabemos todos, depois da lição dos especialistas no assunto, que o galego-português, no período trovadoresco, representava, especialmente quanto à língua culta, uma comunhão intelectual, veículo de expressão empregado com admirável destreza por todos os poetas líricos de todos os quadrantes da península, quer fossem portugueses, galegos ou de regiões da Espanha.

A comunhão lingüística é tão patente, nesse período trovadoresco, o que significa tão natural aos falares das duas margens do Minho, que Carolina Michaëlis de Vasconcelos, tolerando a denominação de *galeguismos* aplicada a fatos de língua desaparecidos no idioma português e persistentes nos falares galizianos, considera melhor a de *arcaísmos* (*Lições*, 275).

Esta unidade lingüística está ainda patente na dificuldade com que especialistas do porte e da experiência de um Leite de Vasconcelos, de um Menéndez Pidal, de uma Carolina Michaëlis de Vasconcelos ou, mais recentemente, de um Lindley Cintra, de um Azevedo Ferreira e de um Ramón Lorenzo vacilam na conclusão de se um texto arcaico pertence a uma a outra variedade da língua galgo-portuguesa, conforme lembra este último ilustre filólogo na sua monumental edição da *Crônica general y Cronica de Castilla* (vol. I, p. XXVII).

A outra iniciativa da minha proposta é estender essa relativa unidade lingüística até o final do séc. XIV, e não ficar, como propuseram mestra Carolina e, nas suas pegadas, Teyssier, adstrita, aproximadamente, a 1350. a produção de texto depois desse marco reflete uma continuidade de fatos de língua, que nos aconselha a assim proceder, uma vez que as pequenas divergências entre as duas variedades do galego-português escrito culto não motivam subdivisões cronológicas.

Estas divergências de língua já têm sido apontadas em estudos especializados parciais, entre os quais ressaltam as contribuições mais recentes de Rübecamp sobre as Cantigas de Santa Maria e Morais Barbosa sobre, a *Crônica de Castilla*¹⁸, embora nos falte ainda uma pesquisa sistemática dos textos literários ou não dessa época mais antiga que atende para as diversas zonas de procedência de tais documentos.¹⁹

Embora não seja propósito do presente trabalho enveredar por tão árduo e pedregoso caminho, creio que seja oportuno registrar aqui em que principais fatos de língua (ou sua maior ou menor frequência) a maioria dos especialistas se apóia para decidir sobre a questão de dado texto ser redigido em português ou galego:

Fatos tipicamente portugueses:

- a) o pronome *tudo*;
- b) a tendência para mudar *o* átono em *u*, quer em posição de sílaba inicial (*curacõ*), final e em palavras enclíticas (*nus, nus, de pus*);
- c) a forma *palavra*;
- d) as formas verbais *louvar* e *ouvir*;
- e) a terminação *-emento*;
- f) as terminações *-oos* (de *-ones*)

¹⁸ Há já uma bibliografia que vai sendo aumentada aos poucos; vejam-se, por exemplo, os estudos de Rübecamp sobre a linguagem das antigas de S.Maria – infelizmente interrompidos na publicação em português e que precisavam ser dados à luz na íntegra, agora que a Imprensa Nacional e a Casa da Moeda têm um longo programa de edições - , os de Morais Barbosa sobre a língua da Crônica de Castela, os trabalhos notáveis do mestre extraordinário que é Lindley Cintra e alguns outros.

¹⁹ Sobre a problemática da procedência dos textos e difícil terreno da geografia dialetal portuguesa há muito que se fazer. Neste último sentido, temos os trabalhos de Paiva e Lindley Cintra, para só ficar nas expressões maiores. Recentemente, deste último estudioso se reuniram artigos esparsos que constituem os *Estudos de dialetologia portuguesa*. Sempre proveitosas são as pesquisas pioneiras de Leite de Vasconcelos.

g) as grafias *lh* e *nh*, *mh*, *bh* e *vh*, onde o *h* vale por *i*.

Fatos tipicamente galegos:

- a) a forma *reinna* (de *Regina*), em oposição ao resultado *rainna*, típica do português;
- b) o pronome *Che*, em face do português *te*;
- c) a desinência verbal *-sche* (por *-ste*);
- d) a desinência *-o* na 3ª pess. S. do pret. perfeito;
- e) *i* e *u* metafóricos (por *e* e *o*, respectivamente) na conjugação (*pidimos*, *fugir*);
- f) a grafia *x* por *s* (*xe*, *xi* por *se*);
- g) a alternância *b / v*;
- h) *-eí-* (oriundo de *-aí-*: *einded*, *seir*);
- i) *-oi-* (oriundo de *u + i*);
- j) a terminação *-aas* por *-aes* (*-ais*), do latim *-ales* (*oficiaas*);
- l) empréstimos castelhanos (tais como *si* por *se*, *-d* e *-t* por *-de*; conservação do *-l-* e *-n-*; *lê / li* por *lle / lli*).

Sabendo-se que muitas dessas formas concorrem num mesmo texto dessa fase primitiva, é um profundo estudo da frequência de determinados fatos que vai decidir a procedência galega ou portuguesa dessa unidade entendida por galego-português. Por isso, merecem repetidas as considerações finais de Ramón Lorenzo à parte dedicada à língua da edição das crônicas ante referidas:

A la vista de todo lo precedente resulta clarísimo que el texto [das crônicas] es gallego y no portugués. Por eso es absurdo que se le siga llamado “gallego-portugués”, si se adopta un criterio partidista. Admito la expresión, si con ella se entiende cualquier texto de la época medieval, tanto la *Crónica gallega*, como la Crónica de 1344, la *Demanda do santos Graal* o cualquier otro texto escrito en el Occidente de la Península. Pero los autores que se ocuparon de nuestro texto sólo piensan en aplicar el calificativo “gallego-portugués” cuando se trata de un texto gallego, pues a ninguno se le ocurre decir que el *Livro das Linhagens* o la *Crónica de 1344* del conde D. Pedro están escritos en “gallego-portugués” (*La traducción*, I, XXXVI).

* *

Examinada esta questão preliminar, cabe-se passar a enumerar os principais fatos lingüísticos selecionados como balizadores desta fase arcaica. São eles:

- 1) encontros vocálicos átonos ou tônicos em hiato resultantes da queda de consoante intervocálica, passando por uma fase de desnasalização quando se trata de -n-: *maa, seer, viir, sôo, nuu, mão, moesteiro, coorar, diaboo, bôo*, etc.
- 2) terminação -om nas formas da 3ª declinação latina: *sermon* (sermom)
- 3) terminação -on (-om) nas formas verbais oriundas de -unt: *amáron* (amárom), *quiseron* (quiserom), etc.;
- 4) formas participiais em -udo da 2ª conjugação: *temudo, recebudo*, etc.
- 5) o -d- etimológico da desinência de 2ª pessoa plural (no pres. ind., fut. ind., pres. subj. e imperativo): *amades, fazedes, queredes, seeredes, leixedes, fazede*, etc.;
- 6) uniformidade genérica nos nomes em, -or, -ol, ês e -nte;
- 7) existência de pronomes possessivos femininos de formas proclíticas (*ma, ta, as*) ao lado de formas normais (*mha, mia; tua, sua*), sem que a língua arcaica usasse a distinção com rigor de emprego.

Observação

Por falta de maiores estudos, em que uma demarcação cronológica pudesse ser ventilada com precisão, deixo de arroar, entre os balizadores, os seguintes fatos lingüísticos, geralmente dados como característicos da fase arcaica:

- a) a presença de pretérito em i: *púgi* (de *posui*), *quiji* (*quasii*);
- b) a manutenção de nasalidade que depois desapareceu ou desenvolveu novo fonema: *ter (tê-er)*, *mão (mã-o)*, etc.

*

* *

2ª fase: *arcaica média* – vai da 1ª metade do século XV à 1ª metade do século

Aceito aqui uma expressão divulgada pelo mestre Epifânio Dias na sua *Sintaxe histórica portuguesa*, mas sem a ambivalência de emprego que possuía na referida obra.

Esta fase se caracteriza pelo seu aspecto de transição, onde alguns fenômenos correntes na fase anterior, ainda que persistindo, já denunciavam acentuada tendência de mudança, especialmente nas obras redigidas no fim do século XV.

O fenômeno balizador por excelência entre esta fase e a anterior é a queda de –d– na desinência de 2ª pessoa plural, exceto, naturalmente, nos contextos fonéticos em que ainda hoje persiste.

Pelo testemunho dos escritos de D. Duarte, máxime no *Leal Conselheiro*, Leite de Vasconcelos pôde afirmar que essa síncope já tinha acontecido entre 1428 e 1438 – esta última data assinala a morte do monarca –, já que as formas plenas só aparecem, quando se trata de transcrições de textos anteriores, formas que contrastam com as sincopadas, únicas presentes nos escritos de responsabilidades e D. Duarte.

Com base no testemunho de documentos datados, Williams (*From Latin*, 170) fixa os dezesseis anos que medeiam 1418 e 1434 como possível período em que ocorreu a queda do –d– intervocálico da desinência de 2ª pessoa do plural, exceto no futuro do subjuntivo e no imperativo, naturalmente para fugir à incômoda entre a 2ª pessoa do singular e a 2ª pessoa do plural, que apagava, com prejuízo, no plano da expressão, entre o tratamento cerimonioso e o tratamento normal, já que a língua, nessa época, só dispunha do tuteamento (*tu*) – para as situações de intimidade e familiaridade – e do vosseamento (*vós*) – para a cerimônia. Sabemos que as fórmulas de tratamento através de expressões com *mercê*, *senhoria*, *graça*, *excelência*, *senhor*, etc. e verbo na 3ª pessoa do singular só se desenvolveram a partir de 1500 e, fixadas definitivamente, só muito tempo depois, no português moderno. A nítida diferença entre intimidade e cerimônia só era estabelecida em situações em que a pessoa se dirigia a único interlocutor; em caso de mais de um interlocutor, impunha-se o plural gramatical *vós*, ficando na penumbra a intenção estilística de separar o tratamento respeitoso do tratamento íntimo. Esta seria, sem dúvida, uma das situações que a famosa *Provisão do Rei D. Filipe II*, em 1597²⁰,

²⁰ Dada a importância da *Provisão*, achei por bem transcrevê-la na íntegra, na citação de Lindley Cintra "Provisão Del Rei D. Filipe II, de como se há de falar, e escrever (1597).

Dom Felipe por graça de Deos Rey de Portugal ... Fasso saber aos que esta minha ley viem, que sendo eu informado das grandes dezordens, e abuzos, que se tem introduzido no modo de falar, e escrever, e que vão continuamente em crescimento, e tem chegado a muito excesso, de que tem rezultado muitos inconvenientes, e que conveiria muito a meu servisso, e ao bem, e sossego e meus vassallos, reformar os estilloz dee falar e escrever, e reduzi-los a ordem, e termo certo, e praticando-o, e tratando-o com pessoas de Conselho, e outras de letras, e de experiêcia, ordenei de prover nisto na forma, e maneira ao diente declarada.

[*Majestade:*]

Primeiramente posto que se podai escuzar nesta ley tratar-se de mim, nem de outras pessoas Reaes, toda via para que melhor se guarde, e cumpra o que toca a todoz: Ordeno, e mando, que no alto das Cartas, ou papeis que se me escreverem se ponha, Senhor, sem outra couza, e no fim dellas, deos guarde a Catholica pessoa de *V. Magestade*: e no fim da lauda, em que se rematar a Carta, só porá o sinal de quem escrever, sem outra couza algũa, e no sobre escrito, só porá a El Rey Nosso Senhor. E os Duques, e Marquezes, e seus filhos primogênitos sómente poderão pôr no sobrescrito: A El Rey meu Senhor, e o mesmo sobrescrito poderão pôr todods os mais filhos dos Duques alem do primogênito, que tiverem parentesco com a Coroa Real dentro do quarto grão, contando conforme a direito Canônico. E quando não tiverem o dito parentesco, ou não estiverem dentro do dito grao, não poderão pôr o dito sobrescrito, nem o poderá pôr outra algũa pessoa de qualquer qualidade, dignidade, e condição, que seja.

[*Alteza:*]

Que os Principes, e sucessores destes Reynos se escreva pello mesmo modo, mudando a Magestade em *Alteza*, e remate, e fim da Carta, se dirá Deos guarde a *V. Alteza*.

Que com as Raynhas destes Reynos, se guarde o mesmo estillo e ordem, que com os Reys: e com as Princezas delles o msmo que está dito que se há de ter com os Principes.

Que aos Infantes, e as Infantas se fale sómente por *Alteza*, e se lhes escreva no alto da Carta, Senhor, e no fim della, Deos guarde a *V. Alteza*: e no sobrescrito, Ao Senhor Infante N. ou à Senhora Infante N. Porem quando se escrever, ou disser absolutamente, *Sua Alteza*, se há de attribuir sómente ao Príncipe herdeiro, e sucessor destes Reynoz.

Que aos Genros, e Cunhados dos Reys destes Reynos, e a suas Noras e Cunhadas se fassa o mesmo tratamento que aos Infantes: e que a nenhũa outra pessoa se possa se possa fallar nem escrever por *Alteza*.

[*Excelência:*]

Que aos filhos e filhas legitimos dos ditos Infantes se ponha no alto da Carta, senhor, e no sobrescrito, Ao Senhor D. N. ou à Senhora D. N. e se lhe escreva, e fale por *Excelencia*.

Que a nenhũa outra pessoa por grande estado, officio, ou dignidade que tenha, se fale por *Excelência*, de palavra, nem por escripto, senão aquellas pessoas, a quem os Senhores Reys meus antecessores e eu tivermos feito mercê que se chamem e falem por *Excelência*, como elles e eu temos feito ao Duque de Bragança.

[*Senhoria:*]

Nem se falará assi mesmo, nem escreverá a nenhũa pessoa por *Senhoria* Illustrissima, nemj Reverendíssima: e ao Arcebispo ded Braga, como Primaz, se pode ra falar e escrever por *Senhoria* Reverendíssima.

Que aos Arcebispos, e Bispos, e aos Duques, e a seus filhos, que eu mandar cobrir, e aos Marqueses, e Condes, e ao Prior do Crato, sejam obrigadoz todas as pessoas de meus Reynos a escreverlhes, e fallarlhes por *Senhoria*, e não a outra pessoa algũa.

Que aos Vizoreys, e Governadores que ora são, e pello tempo destes Reynoz (que não tiverem comigo o parentesco, contheudo nas promessas feitas aos ditos Reynoz) sejam todas as pessoas delles obrigados, a escrever, e falar por *Senhoria*, em quanto servissem os ditos cargos.

Que ao Regedor da Justiça da Caza da Supplicação, e Govenador da Rellação do Porto, Vedores da fazenda, e Prizidentes do Desembargo do Passo, e Meza da Consciencia, e Ordens, no tempo, em que estiverem em seus Tribunaes, falem por *Senhoria* todas as pessoas, que nelles entrarem, e o mesmo farão nas repetições, e papéis, que se lhe escreverem, e ouverem de apresentar, estado assi mesmo nos seus Tribunaes, e quando estiverem fora delles, se lhes não poderá falar, nem escrever por *Senhoria*.

tentou contornar, ao lado, naturalmente do abuso – nas relações sociais entre palacianos, vassallos e povo em geral – na distribuição de componentes que integravam as fórmulas de tratamento ainda incipientes àquela quadra.

Esta digressão sobre formas de tratamento na é aqui sem propósito; talvez intimamente ligado a esta lenta e indecisa história dessas fórmulas de tratamento, pondo luz e sossego ao limitado quadro de se traduzir em português a cerimônia e a familiaridade existente no emprego de *vós* e *tu*, respectivamente, está o destino da permanência ou não do –d- na desinência de 2ª pessoa do plural no futuro do subjuntivo e no infinitivo flexionado, entre escritores seiscentistas.

Mestre Said Ali (*Gram. Histórica*², I, 140) lembra que a tendência da síncope do –d- persiste insistentemente nos sermões de Vieira, ao lado, como seria natural, da forma plena: “para (vós) *seres* bem julgados” (5, 83); “depois de vos *pores* em estado de penitência” (5,0135); “se *morreres* no estado presente, se ao *chegares* a esse depois, que há de ser de vós? (5, 152), e outros.

Acredito que este fato se explicará não só pelo prosseguimento da deriva, mas ainda pela razão de já contarem os seiscentistas com mecanismos lingüísticos outros para distinção entre a situação respeitosa e a familiar.

*

* *

Se a síncope do –d- intervocálico é um fenômeno balizador da situação lingüística entre o período arcaico e o arcaico médio, não está sozinho num rol de outros fenômenos. O que ocorre é que esses novos fatos lingüísticos apontados se desenvolveram e se fixaram definitivamente nessa segunda quadra de tempo, mas ainda estão a exigir pes-

Que aos Embaixadores que tiverem assento na minha Capella, e a qualquer outra pessoa, que por algum respeito eu mandar cobrir, se possa escrever e falar por *Senhoria*, o que se não poderá fazer com outra pessoa algũa.

Que nas partes da India escrevão, e falem por *Senhoria* ao Vizorey, ou Governador dellas, todas as pessoas que la andarem.

Que no estilo de escrever hũas pessoas a outras se guarde geralmente sem excepção algũa a ordem seguinte. Começará a carta, ou papel pella rezão, ou pello negocio sobre que se escrever sem pôr debaxo da Cruz no alto, nem ao principio da regra nenhũ titulp nem sifra que o signifique: e acabará a Carta dizendo. Deos guarde a V. *Senhoria*, ou V. Mercê, ou Deos vos guarde, e logo a data do lugar, e do tempo, e após ella o sinal sem outra cortezia no meyo.” (*Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, IV, 1745, p. 287-290).

quisas mais acuradas para que o historiador da língua portuguesa possa fixar limites mais seguros.

Entre estes fenômenos distintivos assim caracterizados arrola:

- a) a eliminação dos hiatos constituídos por encontros de vogais iguais através da crase: *a-a / a; e-e / e; i-i / i; o-o / o; u-u / u;*
- b) a confusão fonética das terminações *-om* de nomes oriundos da 3ª decl. Com os finais *-am e -ão;*
- c) a normalização da variedade de gênero nos nomes em *-or / -ora; -ês / -esa;*
 - a) a eliminação do participiô em *-udo* da 2ª conjugação;
 - b) a eliminação das formas possessivas femininas *ma, ta, sa.*

Sabemos que a eliminação do hiato, através da crase, constituído de vogais iguais, ocorreu no século XV, mais precisamente a partir da 2ª metade deste século. As pesquisas sobre a grafia, a métrica e a rima em textos de poetas dos fins do século XV, documentam que o fenômeno já estava concluído nessa época.

Exemplos desta redução silábica já se encontram nos Cancioneiros medievais; entretanto, cabe aqui recordar a lição da mestra Carolina Michaëlis de Vasconcelos: “...*ver, ser, crer, só, dó, má,* em lugar de *veer, seer, creer, soo, doo, maa,* formas que só de longe apontavam nas poesias trovadorescas, como licenças poéticas de que os autores se servem a medo, envergonhados talvez de acolher tais modos de dizer familiares ou vulgares” (*Lições*, 20).

O rastreamento do destino desse primitivo hiato resultante de síncope de consoante intervocálica é muito problemático em textos em prosa, já que a ortografia, como bem lembra Ruth Dominovich, está ligada a práticas convencionais ou não de escribas: “The variety of practices among individual scribes is probably the most important single factor in Old Portuguese orthography; it is certainly the one which most complicates the study of the development of the orthography” (*Portuguese orthography*, 6).

Esta prática assistemática da ortografia põe aos historiadores da língua e aos editores de textos problemas de difícil solução; em nosso caso, por exemplo, a grafia das vogais duplas se estendeu até muito tarde, muito tempo depois de já se terem definiti-

vamente contrário as vogais. Isto porque o expediente gráfico da duplicação de vogais passou também a indicar a sílaba tônica e aí esta prática ortográfica se aplicava aos casos onde a duplicação não se explicava pela etimologia .

Neste particular, percebe-se a justificada indecisão de muitos mestres. Leite de Vasconcelos, por exemplo, na sua preciosa edição de *O livro de Esopo* (p. 100-102), diante de exemplos contraditórios como *braadar / bradar*, *coobra / cobra*, *seer / ser*, assim se expressa:

Primitivamente as duas vogais resultantes de síncope pronunciavam-se distintas uma da outra; como se prova dos versos dos Cancioneiros; com o andar do tempo as duas vogais fundiram-se em uma só, mas continuou a escrever-se *maa*, *poo*, *seer*. Encontra-se no nosso texto *ser* a par de *seer* , e por outro lado o encontrar-se aí *vaas*, XLIII, 6, *ataa*, *oo* a par de *ho*, e *antiiguo*, onde a duplicação das vogais não é etimológica, faz crer que a oscilação da pronúncia se dava já no tempo em que se escreveu o nosso texto, ou pelo menos no da execução do manuscrito; todavia podia o copista ter-se às vezes enganado (Op.cit.; 101-102)

Não é outra a situação de outro mestre da história da língua, quando, numa interessante edição em que confronta principalmente duas versões da Regra de S. Bento, uma escrita no primeiro quartel do séc. XV (entre 1414 e 1427) e outra, um século depois, comenta:

Enquanto na primeira das duas versões persistem as vogais, quer tônicas, quer átonas, que, pela queda da consoante intermédia, vieram ajuntar-se à imediata, de qualidade idêntica ou, quando não tal primitivamente, tendo-se tornado semelhante à com que veio pôr-se em contacto, na segunda essa duplicação desaparece, quase por completo, devendo os casos em que persiste atribuir-se a descuido em harmonizar a escrita com a denúncia, pela razão, já dita, da influência do original. Mas apesar da duplicação usada na primeira, não me parece eu ainda então as duas vogais se fizessem ouvir, antes atribuo-a a tradição gráfica, pois é sabido que em escrita hábitos há que duram muito tempo e que em geral ela não acompanha logo as alterações que na fala se vão dando (Op.cit., 4)

Esta duplicidade de formas, embora menos freqüente, está presente, por exemplo, na edição crítica que da *Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, preparou Giuliano Macchi.

O competente mestre Joseph Piel, ao editar o *Leal Conselheiro e Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela*, de D. Duarte, optou pela reprodução da grafia das vogais duplas e, em relação às vogais duplas nasaladas, ainda justifica com esse esclarecimento: “Cumpre insistir no fato de estas vogais nasais geminadas corresponderem, no século XV, a uma realidade fonológica, que de modo algum se pode nem deve desprezar” (Prefácio do *Leal Conselheiro*, XXIII).

Por tudo isto, problemas ecdóticos deste tipo têm de ficar à espera de melhores respostas a serem dadas pelas pesquisas diacrônicas sobre a nossa língua.

*

* *

O segundo fenômeno - a confusão fonética da terminação –om (de nomes em –onem e *udinem e de verbos em –unt) com as terminações –am (de nomes em –anem e de verbos em –ant) e –ão (de nomes em –anum e de adunt na forma verbal vadunt) – se completou durante o século XV, mais particularmente documentado na segunda metade do século XV, conforme o testemunho de Cancioneiro Geral, em que o final –om desapareceu (exceto em bom, com, raramente nom, etc.)²¹, conservando em arcaísmos gráficos que rimam com formas em –am (por exemplo, contemplaçom e rrevellaçom rimam com ermitam)²².

As razões do fenômeno ainda não estão suficientemente averiguadas, e se reparam entre aqueles que o explicam por pura evolução fonética, enquanto outros acreditam no reflexo de ações analógicas. Teyssier (História, 46-47) opta pelo concurso das duas explicações, que se completam. Pela sobrevivência da distinção no extremo norte de Portugal e no Minho (onde as antigas formas em –om não passam a –ao, mas a –[õu], lembra o mesmo mestre que o fenômeno começou no Sul e se espalhou pelo Centro e só numa parte do Norte, refletindo claramente a nova direção do eixo cultural responsável pela propagação da norma culta portuguesa – o Centro-Sul para o Norte -, nova fonte irradiadora que vai ser responsável pela feição lingüística do português moderno.

Outro fenômeno lingüístico que se consubstancia durante o séc. XV é a possibilidade de flexão gênero dos antigos nomes uniformes em –or, -ol, ês e –nte. Ainda está por se fazer um largo estudo sobre este assunto que, desde cedo, preocupou os gramáticos e filólogos.

Já Fernão de Oliveira (Gramática, 86) considerava os nomes em –ês de gênero comum, “posto que tenhamos femininos em –a como portuguesa”.

²¹ Veja-se Pimpão, *Idade Média*, 390.

²² Veja-se Pimpão, *Ibid.*

Neves Pereira aludira também à falta de flexão de gênero nos nomes em –ês e –or, em João de Barros que, para o filólogo do século XVIII, é o divisor de águas entre a primeira e a segunda época da história da língua portuguesa (Memórias, V, 183).

Mas a verdade é que a pouco e pouco, com progressos que variam de caso a caso, esses nomes uniformes vão aceitando a flexão, de modo que está concretizado antes do início do português moderno.

Outro fenômeno que não esperou as luzes do português moderno para cair no esquecimento foi o particípio em –udo dos verbos da 2ª conjugação. Esta forma participial já havia percorrido um longo caminho no próprio latim, quando as formas do latim literário da 2ª e 3ª conjugações se fundiram na forma do chamado latim vulgar –utum, remanescente natural do português arcaico –udo que, a bem da verdade, em muitos verbos, começou cedo a sofrer a concorrência de –ido. Como em outros casos já apontados aqui, a história de –udo e do seu concorrente –ido está à espera de estudo especial.²³

No Cancioneiro Geral está patente a completa vitória dos particípios em –ido; Pimpão (Idade Média, 397) lembra que, ao aparecer sofruda, por sofrida, o fato se explica pelo recurso da rima com acuda, num poeta – o Conde-mor – que, amigo de arcaísmos, também emprega *guardades*.

Finalmente, o último fenômeno arrolado em minha relação – a eliminação das formas femininas de pronome possessivo *ma,ta,as* – despede-se dos textos no decorrer do século XV, em virtude do uso não sistemático das formas átonas e tônicas desses pronomes e, conseqüentemente, da concorrência das formas *mia* (mha), *minha*, *tua* e *sua* que acabaram por se fixar no português moderno, exceto a primeira.

No Cancioneiro Geral ainda *ta(s)* e *sa(s)* concorrem com *tuas(s)* e *sua(s)*, mas só aparece *minha* como feminino de *meu*.

*

* *

²³ Impõe-se também um estudo detido da história de –udo em português, a concorrência que sofreu de –ido e em que condições foi desbancado por este último. Um primeiro passo em relação ao espanhol antigo foi dado C. Blaylock no seu estudo “The –udo Participals in Old Spanish” aparecido em *Homenaje a Antonio Tovar*, Madrid, Gredos, 1972, p. 75-79.

3ª fase: *moderna* – vai da 2ª metade do século XVI ao final do século XVII.

A partir desta fase os fatos lingüísticos do português se vão apresentando mais estudados ou, pelo menos, mais conhecidos. Isto naturalmente se deve ao prestígio cultural e literário do chamado classicismo português, durante o qual as idéias estéticas do movimento renascentistas e o brilho e o polimento a que se chegou a literatura portuguesa – especialmente entre seus poetas – atraíram cedo a atenção e a simpatia dos nossos primeiros gramáticos e filólogos.

Embora mestre Adolfo Coelho considere como um fator de balizamento a ação da obra gramatical e filológica iniciada no século XVI, a verdade é que os escritores quincentistas e seiscentistas não encontraram nas gramáticas, dicionários e obras de natureza filológica a regra e compasso que justificassem o progresso, o apuro e o senso estético postos em prática para que a língua atingisse, em verso, o pano extraordinário a que chegou com a produção poética de Camões, no último quartel do século XVI, e a harmonia da prosa de um Frei Luís de Sousa, na passagem do XVI para o XVII, ou de um Vieira, nesse último século.

Ali como agora, os escritores se antecipam a ação lingüística que a literatura científica lhes poderia oferecer em seu benefício; Camões nada deve a Fernão de Oliveira e a João de Barros, enquanto gramáticos, assim como a intuição de José de Alencar para os problemas de renovação da língua literária no Brasil nada bebeu da filologia que se praticava, na época, entre nós.

Foi um trabalho dos irmãos de profissão nacionais e estrangeiros que lhes abriu o caminho de novas criações, alimentados da seiva do passado clássico e das realizações literárias de épocas mais próximas, especialmente italianas e espanholas, no tocante a Camões.

Neste sentido, cabem como luva as palavras de mestre Said Ali, em relação a Camões:

Camões não foi propriamente o criador do português moderno porque essa nova linguagem escrita já vinha empregada por outros escritores. Libertou-a, sim, de alguns arcaísmos e foi um artista consumado e sem rival em burilar a frase portuguesa, descobrindo e aproveitando todos os recursos de que dispunha o idioma para representar as idéias de modo elegante, enérgico e expressivo. Reconhecida a superioridade da linguagem camoniana, a sua influência fez-se sentir na literatura de então em diante até os nossos dias (*Gram. Histórica*, I, 4).

Apesar de certo polimorfismo que os quinhentistas revelam – especialmente Camões - , pode-se dizer que o século XVI disciplina a língua literária e que, a partir dela, os fenômenos lingüísticos, que já não tinham experimentado tantas mudanças entre a fase arcaica e arcaica média, aí fixados praticamente chegaram até nossos dias.

Uma leitura atenta dos textos literários e dos documentos de toda a sorte produzidos a partir da segunda metade do século XVI permitirá que o historiador enumere como fatos lingüísticos balizadores dessa fase moderna:

- a) a fixação não-pleonástica da negação pré-verbal;
- b) a fixação do plural dos nomes em *-ão* (*mãos, cães, leões*) e do feminino dos adjetivos em *-ão* (*são / sã*);
- c) a eliminação dos anafóricos (*h*)*i* e *em* como formas independentes;
- d) a eliminação progressiva da concordância em gênero e número do participípio componente de um tempo composto com o complemento direto desse verbo;
- e) a progressiva criação de novas formas de tratamento com verbo na 3ª pessoa do singular;
- f) a progressiva ação analógica do radical do infinitivo sobre o radical da 1ª pessoa de muitos verbos, como *senço / sinto, menço / minto, arco / ardo*, etc.
- g) a presença obrigatória do pronome demonstrativo antecedente do pronome relativo em construção do tipo *eu sou o que, tu és o que, nós somos os que*, etc. (construção que persiste até fins do séc. XVIII).

Alguns outros fenômenos poderiam ser arrolados junto dos acima lembrados, mas me inclino por considerar um ou outro como recursos estilísticos que ao chegaram a ser incorporados ao sistema lingüístico. Está nesse caso a progressiva tendência de preposicionar o objeto direto constituído por nomes apelativos pra estabelecer mais nitidamente a oposição entre sujeito e objeto direto nominal.

Esta tendência que teve um surto de progresso no português moderno e que atingiu, segundo as pesquisas de Karl Heinza Delille, maior intensidade no século XVIII, pode ser explicada não só pela convivência mais íntima do português com o espanhol,

nessa quadra, porém ainda como intenções estilísticas, e não por aceitação mecânica do idioma irmão.²⁴

São problemas que extrapolam as preocupações do presente trabalho e sobre cujos aspectos eu teria de me alongar em demasia.

*

* *

4ª fase: *contemporânea* – vai do século XVIII aos nossos dias.

Os historiadores da língua portuguesa têm, com justa razão, enfatizando o interesse do século XVI, pois foi nele que sucederam importantes fatos ainda não de todo palmilhados pela crítica especializada. Já acentuei, nas pegadas dos mestres, que essa fase assistiu ao nascimento de uma nova fonte irradiadora da norma culta que passou a agir da direção Centro-Sul para o Norte, contrariando a antiga deriva Norte para o Sul. Este movimento deveria produzir alterações no panorama de dialectologia regional de Portugal, terreno ainda muito movediço.

O extraordinário movimento náutico desse indômito povo português permitiu o espraiamento do idioma por terras longínquas que passaram a ser, paradoxalmente, o depositário da herança antiga e o campo aberto a novidades independentes do governo central. Aí se insere a problemática do português do Brasil que não acompanha Portugal em muitas de suas tendências lingüísticas adiante enumeradas.

Por fim, tão importante quanto os dois aspectos acima mencionados, cabe lembrar o papel do Humanismo, do Renascimento e do Barroco na Estética literária e no seu natural veículo, a língua portuguesa.

Se tudo isto faz da fase moderna um objetivo relevante de estudo, o século XVIII e os seguintes têm contornos importantíssimos para o historiador do idioma. Por isso os fenômenos lingüísticos que passarei a enumerar são de grande monta, quantitativa e qualitativamente.

²⁴ Sobre o chamado acusativo preposicionado contamos hoje com o documentado estudo de Delille, além do fundamental artigo de mestre Harri Méier, inserido nos *Ensaio de filologia românica*.

É oportuno lembrar aqui que a expectativa de interesse com que Adolfo Coelho viu a produção gramatical e filológica a partir do século XVI como núcleo disciplinador do futuro da língua – que não se deu na medida e na importância que o mestre concebera -, aconteceu nos trabalhos técnicos realizados entre os séculos XVIII e XIX.

Alimentados pelo passado clássico, os espíritos dessa época desenvolveram uma ação de novo burilamento do idioma, o que se patenteia não só pela produção literária de cada escritor mas pelos constantes comentários estéticos, literários e principalmente lingüísticos através dos quais advertem o leitor para a pureza da expressão e para as novidades e criações principalmente no campo do léxico e da imagística, postas em circulação no texto.

Foi-se criando assim, quase naturalmente, o campo favorável para novos Vaugelas do português; suponho que o ponto culminante dessa cruzada em prol do idioma foi assinalado com a publicação do *Dicionário da língua portuguesa*, do nosso patricio Antônio de Moraes e Silva, mormente na edição de 1813.

Nasceu naturalmente por essa orientação normativa a figura do *caterra* do *purista*, pessoas bem intencionadas mas de má ou nenhuma formação técnica ou convívio com o texto em todos os períodos históricos da língua. A verdade é que o movimento em prol da vernaculidade invadiu os jornais e revistas com seus famosos consultórios e com artigos de muito bom nível, já no final do século XIX, e contaminou o público em geral.

Tudo isto penteia que a fase contemporânea deve conquistar um lugar de relevo na preocupação do historiador do idioma.

Passo agora a enumerar os fatos lingüísticos que caracterizam este período, estremando-o do anterior:

- a) fixação da oposição *lhe* singular / *lhes* plural, quando não combinados com os pronomes *o, a, os, as*;
- b) o apagamento do agente da passiva na construção com o pronome *se*;
- c) a tendência para a ênclise do pronome pessoal átono ao verbo, em detrimento a antiga posição proclítica;²⁵

²⁵ Vale a pena lembrar aqui as opiniões de Abraham, em *Barlaam and Josephat* (§ 65) e Williams, em *From Latin* (§ 141), pelas quais o pronome objetivo átono no antigo português não seria essencialmente enclítico ou proclítico,

- d) a progressiva eliminação do pronome *vós*;
- e) o incremento da criação lusitana do pronome *si* com valor não reflexivo de forma de tratamento;
- f) o desaparecimento de formas de indeterminação do sujeito como *homem e um* e progressiva ampliação da forma indeterminadora do pronome *se* junto a verbos de ligação a verbos transitivos diretos;
- g) a predominância da concordância “lógica” do verbo no singular com sujeito coletivo imediatamente ligado a ele;
- h) a eliminação do pronome *cujo* como predicativo;
- i) a presença quase universal do artigo definido antes de pronome possessivo adjunto;
- j) a progressiva vitória da concordância com verbo na 3ª pessoa do plural do plural sobre a 2ª pessoa do plural com sujeito composto constituído por nomes e pronomes da 2ª e 3ª pessoas;
- l) o aparecimento da construção *sou eu quem* (remonta ao século XVIII) a par de *sou eo o que* (que chegou até fins do século XVIII);
- m) a fixação da ditongação dos grupos *eo, ea, em eio, eia*;
- n) a perda da nasalidade, na língua literária, em palavras como *lũa, vir, ãa* (aqui se fixa a grafia *uma*)
- o) a contaminação dos empregos das preposições *per e por* na forma única *por*;
- p) a fixação da combinação *pelo* em detrimento de *pólo*;
- q) a eliminação do *-s* plural do substantivo derivado com *-zinho, izito*, em contacto com o *-z* do sufixo (*coraçõeszinhos / coraçõezinhos*).

A denominação *contemporâneo* não significa, de modo algum, que novos fatos lingüísticos não se estão esboçando hoje para a constituição e caracterização do *portu-*

mas, sim, intertônico, isto é, entre duas sílabas tônicas. Russo, em *Morphology and Syntax of the eal Conselheiro* (§ 30) descreve essa posição na obra de D. Duarte e conclui que o texto, no uso geral, retifica a teoria de Abraham.

guês atual ou *moderníssimo*²⁶. Entretanto, ainda nós nos achamos muito próximos dessas novidades para poder contemplá-las com segurança. Eis uma tarefa para o futuro historiador da língua portuguesa.

²⁶ A língua portuguesa viva e moderníssima em ebulição está a merecer trabalhos teóricos como o de Frei, *Grammaire des faustes* ou os descritivos como os que, para o francês, levantaram Bauche, Martinom, além do precioso livro da mestra incomparável Elise Richter, ou, para o espanhol, o riquíssimo clássico de Beinhauer. Mestre Nascen-tes, sempre pioneiro, já nos legou o bom exemplo com *O linguajar carioca*.

CONCLUSÕES

Ao final deste estudo, podem-se apresentar as seguintes conclusões, que submeto à consideração da douta Comissão Examinadora:

1. O historiador da língua portuguesa encontra muita dificuldade na tarefa de apresentar proposta de divisão das fases em que se divide a história da língua portuguesa por duas razões: a escassa bibliografia técnica através do qual o idioma é diacronicamente estudado e a escassez de textos editados segundo os rigores da crítica textual. Em razão desta última dificuldade, o presente trabalho privilegia os fatos morfológicos e sintáticos sobre os fonéticos e fonológicos.

2. Outra dificuldade que o historiador tem de contornar é a delicada diferenciação entre a *língua de uma época (língua da literatura)* e a língua que é usada como característica de um gênero literário ou de certas personagens, para fins estilísticos, como variedade diafásica (*língua de literatura*), e modalidade que veicula um tipo de linguagem arcaica ou regional que já não circula nos textos literários em geral, dessa época.

3. Desde cedo os gramáticos e filólogos portugueses estiveram atentos às variedades lingüísticas do português, em relação ao tempo, mas a primeira esquematização séria das fases históricas do idioma foi apresentada no século XVIII, devida ao filólogo Antônio das Neves Pereira, com bases em fatos lingüísticos e filológicos propriamente ditos.

4. Deveu-se a Francisco Adolfo Coelho a primeira proposta de periodização em que o português é demarcado por duas fases históricas, em que se ressalta a importância dos fatos lingüísticos do século XVI como divisor de águas entre o português antigo e o moderno.

5. A proposta de Adolfo Coelho é aperfeiçoada por José Leite de Vasconcelos, proposta melhorada que se impõe a todos que se seguem.

6. Todas as propostas anteriores pressupõe subdivisões que nunca foram esboçadas. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos apresenta a primeira proposta neste sentido, subdividindo o português arcaico em duas fases: a trovadoresca (dos inícios até aproximadamente 1350) e a da prosa histórica (daí até o séc. XVI).

7. Na *Sintaxe histórica portuguesa*, Epifânio Dias apresenta uma nova proposta (português arcaico – português arcaico médio – português moderno), proposta que não teve curso nos estudos históricos do português, porque Epifânio nunca a explicitou organicamente e porque o período *arcaico médio* se mostra com contornos históricos mal definidos.

8. Na *Lexeologia do português histórico*, Said Ali propõe pequena modificação na esquema de periodização tradicional (J. Leite de Vasconcelos) de importante consequência no estudo diacrônico, porém sua proposta não foi levada em consideração, nem em Portugal nem no Brasil.

9. Na *História da língua portuguesa*, Paul Teyssier retoma a subdivisão de Carolina Michaëlis, e vai mais longe quando aplica a periodização tradicional apenas à fase a que denomina *português europeu* (do séc. XIV em diante), fase que separa de outra anterior em que existiu o galego-português (que vai de 1200 a aproximadamente 1350).

10. Examinando as propostas havidas até aqui e levando em conta uma série de fatos lingüísticos, mormente morfológicos e sintáticos, o presente trabalho propõe a seguinte periodização das fases históricas da língua portuguesa: *português arcaico* (do séc. XIII ao XIV); *português arcaico médio* (do séc. XV à 1ª metade do XVI); *português moderno* (da 2ª metade do XVI à 2ª metade do séc. XVII); *português contemporâneo* (do séc. XVIII aos nossos dias).

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAM, Richard D. *A Portuguese version of The Life of Barlaam and Jsaaphat*. Paleographical and linguistic study. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1938.

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

———. *Investigações filológicas*. Rio de Janeiro: Grifo / MEC, 1975.

ALLEN Jr., Joseph H. D. *Two Old Portuguese versions of The Life of Saint Alexis*. Codices Alcobacenses 36 and 266. Urbana: The University of Illinois Press, 1953.

ALONSO, Dámaso. *Gil Vicente. Tragicomédia de Don Duardos*. Vol. I (e único saído). Texto, estudos y notas de D. Alonso. Madrid, CSIC, 1942.

BARBOSA, Jorge Morais. “La langue de la Chronique de Castille (ms. 8817 de la Bibliothèque Nationale de Madrid)”. *BF*, XIX, 1960, II, 151-158.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Ed. Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Univ. Lisboa, 1971.

BAUCHE, Henri. *Le langage populaire*. Paris: Payot, 1928.

BECHARA, Evanildo. *Primeiros ensaios sobre língua portuguesa*. Rio de Janeiro: S. José, 1954.

BEINHAUER, Werner. *El español coloquial*. 3ª ed. Madrid: Gredos, 1978.

BF. Boletim de Filologia, Lisboa.

BLAYLOCK, C. “The *-udo* Participals in Old Spanish”. In *Homenaje a Antonio Tovar*. Madrid: Gredos, 1972, p. 75-79.

CAMARA Jr., J. Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. 6ª ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1974.

CANCIONEIRO GERAL. Ed. De E. H. V. Kausler, 3 vols. Stuttgart, 1844-1852. Ed. G. Guimarães, 5 vols. Coimbra, imprensa da Universidade, 1910-1917. Ed. Fac-simile da de 1516 a expensas de Archer M. Huntington, 1904.

CARTER, Henry Hare. *Paleographical edition and study of a portion of Codex Alcobacensis 200*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1938.

———. “Paleographical edition of an old Portuguese version of the Rule of Saint Bernard (Codex Alcobacensis)”. In PMLA, LV (1940), 360-395.

———. *The Portuguese Book of Joseph of Arimathea*. Paleographical edition with introduction, linguistic study, notes, plates and glossary. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1967.

CEPEDA, Isabel Vilares. *A linguagem da “Imitação de Cristo”*. Versão portuguesa de Fr. João Álvares. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1962.

CINTRA, Luís F. Lindley. *Crônica Geral de Espanha de 1344*. 3 vols. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1951, 1954, 1961.

———. *A linguagem das foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Filológicos, 1959.

———. “Lês anciens textes portugais non littéraires. Classment et Bibliographie”. In RLL, XXVII (1963) 40-58.

———. “Nótula sobre os manuscritos das obras de Fernão Lopes”. In *Colóquio*, 29 (1964), 49-50.

———. *Sobre “formas de tratamento” na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizontes, 1972.

———. *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983.

COELHO, F. Adolfo. *A língua portuguesa*. Phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.

———. *Theoria da conjugação em latim e portuguez*. Lisboa: [s.e., s.d.?].

———. *Curso de Litteratura Nacional: I – A língua portugueza*. Noções de glottologia geral e especial portugueza. Porto: Livr. Universal, 1881.

———. “Camões e a lingua portuguesa”. In RL, XXIII (1920) 163-172.

———. *Para a historia da instrução popular*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1973.

COSERIU, Eugenio. “Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira (1536)”. In *Ut videam: Contributions to an Understanding of Linguistics*. For Pieter Verburg on the Occasion of his 70th Birthday. Lisse: Peter de Ridder Press (1975) 67-90.

———. *Principios de semántica estructural*. Madri: Gredos, 1977.

———. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1982.

COSTA, Avelino de Jesus da. Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico. Coimbra, *RPH*, XVII (1979) 263-340.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 5^a ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

DELILLE, Karl Heinz *Die geschichtliche Entwicklung des präpositionalen Akkusativs im Portugiesischen*. Bonn, RVV, 1970.

DIAS, Augusto Epifanio da Silva. *Syntaxe histórica portuguesa*. 2^a ed. Lisboa: Livr. Clássica Editora, 1933.

DOMINCOVICH, Ruth. *Portuguese orthography to 1500*. Philadelphia, university of Pennsylvania, 1948.

ELIA, Sílvio. *O problema da língua brasileira*. 2^a ed. Rio de Janeiro: MEC / INL, 1961.

———. *Ensaio de filologia e lingüística*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Grifo / MEC, 1975.

FERNANDES, Rogério. *As idéias pedagógicas de F. Adolfo Coelho*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1973.

FERREIRA, José de Azevedo. *Alphonse X. Primeyra Partida*. Edition et étude. Braga: INIC, 1980.

FLYDAL, Leiv. “Latences et liaisons em français – sustèmes coexistants ou um Seul?”. In *Estúdios ofrecidos a Emilio Alarcos Llorach*, Oviedo, IV (1979) 43-68.

- FREI, Henri. *La grammaire des fautes*. Paris, Geuthner, 1929.
- HUBER, Joseph. *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg: Carl Winter, 1933.
- LANG, Henry R. *Cancioneiro gallego-castelhano*, I, Text, notes and glossary. New York: Charles Scribner's Sons, 1902.
- LAPESA, Rafael. "La lengua de la poesía lírica desde Macías hasta Villasandino". In *RomPh VII*, 1 (1953) 51-59. Artigo inserido em R. Lapesa, *Estúdios de historia lingüística española*. Madrid, Paraninfo, 1985.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da língua portuguesa*. 4ª ed. Estudo preliminar e anotações de José Pedro Machado. Lisboa: Pro Domo, 1945.
- LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro*. Ed. Critica, com introduzione e glossário a cura di Giuliano Macchi. Roma: Ateneo, 1966.
- LORENZO, Ramón. *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario de R. Lorenzo. 2 vols. Orense: Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijóo", 1975-1977.
- MANOLIU-MANEA, Maria. *Tipologia e historia. Elementos de sintaxis comparada românica*. Madrid: Gredos, 1985.
- MARTINON, Philippe. *Comment on parle en français*. Paris: Larousse, 1927.
- MEIER, Harri. *Ensaio de filologia portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1975.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1953.
- NETO, Serafim da Silva. *Diálogos de S. Gregório*. Fasc. I. Coimbra: Atlandida, 1950.
- . *Manual de filologia portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Livr. Clássica Editora, 1956.
- . *Evolução da língua portuguesa exemplificada em duas lições principalmente da mesma versão da Regra de S. Bento*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- OLIVEIRA, Fernão de. A "Gramática" de Fernão d'Oliveira. Apreciação, texto reproduzido do da 1ª lição (1536) de Olmar Guterres da Silveira. Rio de Janeiro, 1954.

PEREIRA, Antônio das Neves. “Ensaio crítico sobre qual seja o uso prudente das palavras, de que se servirão os nossos bons Escritores do século XV e XVI; e deixarão esquecer os que depois se seguirão até ao presente”. In *Memórias de Litteratura Portugueza*, V (17930 152-252).

PIEL, Joseph M. *Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte*. Ed. crítica e anotada. Lisboa: Bertrand, 1942.

———. *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela que fez El-Rey D. Eduarde*. Lisboa: Bertrand, 1944.

PIMPÃO, Álvaro da Costa. *História da literatura portuguesa: Idade Média*, I, 2ª ed. Coimbra: Atlântida, 1959.

PMLA. Publications of the Modern Language Association of America. New York.

REINHARDSTOETTNER, Carl von. *Grammatik der portugiesischen Sprache auf Grundlage des lateinischen und romanischen Sprachvergleichung*. Strassburg: Karl J. Trübner, 1878.

RIBEIRO, João Pedro. *Dissertações chronologicas e críticas*. 2ª ed. 5 vols. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1867.

RICHTER, Elise. *Die Entwicklung dês neuesten Französischen*. Bielefeld: Velhagen u. Klasing, 1933.

RL Revista Lusitana, Lisboa.

RliL Revue de Linguistique Romane, Paris.

ROBERTS, Kimberley S. *Orthography, phonology and word study of Leal Conselheiro*. Philadelphia, University of Pennsylvania, 1940.

RomPh. Romance Philology, Brekeley.

RÜBECAMP, Rudolf. “A linguagem das Cantigas de Santa Maria”. In *BF*, I – II (1933) 273-354; 141-152.

RUSSO, Harold J. *Morphology and syntax of the Leal Conselheiro*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1942.

RVV Romanistische Vorarbeiten und Versuche. Bonn.

S. BOAVENTURA, Fr. Fortunato de. *Collecção de inéditos portuguezes dos séculos XIV e XV*. 3 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1829.

SILVA, Antônio de Morais. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Lacerdina, 1813.

SILVA Jr., Manuel Pacheco da. *Gramática histórica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Hazlett, 1878.

TAVANI, Giuseppe. *II mistilinguismo letterario romanzo tra XII e XVI secolo*. L'Aquila Japadre, s/d.

TEYSSIER, Paul. *La langue de Gil Vicente*. Paris: Klincksieck, 1959.

———. *História da língua portuguesa*. Trad. De Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1982.

VASCONCELOS, Carolina Michäelis de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa, Série A Língua Portuguesa, 1956.

VASCONCELOS, José Leite de. *O livro de Esopo*. Fabulário português medieval (Sep. da RL, VIII e IX). Lisboa: Imprensa Nacional, 1906.

———. *Textos arcaicos*. 3ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1922.

———. *Lições de filologia portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.

———. *Opúsculos*. 6 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

WILLIAMS, Edwin B. *From Latin to Portuguese*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1938.